DOI 10.20504/opus2026.32.20

CC BY

Pesquisa e Pós-Graduação em Música no Brasil: de uma autoavaliação necessária à construção de novas perspectivas para a área

Luis Ricardo Silva **Queiroz**
https://orcid.org/0000-0003-4642-4338
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: A pesquisa e a pós-graduação em Música no Brasil alcançaram, nas últimas décadas, um crescimento significativo, expresso na ampliação dos programas *stricto sensu* e, consequentemente, na formação de mestres/as e doutores/as, na diversificação dos temas e perspectivas da área e no aumento da produção científica, artística e técnica. Esse desenvolvimento convive com desafios que exigem uma autoavaliação permanente e continuada do campo, bem como um planejamento estratégico dinâmico e capaz de enfrentar os principais problemas que têm comprometido a sua consolidação no cenário da formação pós-graduada e da produção profissional do conhecimento científico. É nessa conjuntura que este texto discute como a Música se insere atualmente no universo da pesquisa e da pós-graduação brasileira, analisando avanços, potencialidades, limites e perspectivas para o fortalecimento da área nesse contexto. O estudo articula pesquisa bibliográfica e documental, dados atuais sobre programas, formação, fomento e produção de conhecimento e minha experiência em processos de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desde 2010, e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), desde 2013, na avaliação *ad hoc* de projetos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e como representante da área de Música no Comitê de Assessoramento de Artes, Ciência da Informação, Comunicação e Museologia (CA-AC) do CNPq, gestão 2025-2028. A análise aborda a consolidação ainda desigual da pós-graduação, a necessidade de uma cultura de pesquisa na graduação, a relação entre formação e atuação profissional, a presença da Música no sistema de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e as agendas contemporâneas de produção do conhecimento científico. Como contribuição para a reflexão crítica da área, o texto propõe seis dimensões fundamentais da profissionalidade na pesquisa em Música: formação, atuação, produção, inserção, trajetória e atualização/inovação, refletindo sobre como elas podem perpassar a formação e a práxis das pessoas que atuam, ou visam atuar, no cenário profissional da pesquisa no país. Ao final, são apresentadas perspectivas para fortalecer a área por meio de ações coletivas, planejamento, redução de assimetrias, ampliação da inserção científica e compromisso com questões relevantes para a Música e a sociedade no século XXI.

Palavras-chave: Pesquisa em Música; Pós-graduação; Formação de pesquisadores/as; Ciência, tecnologia e inovação; Profissionalidade.

Research and postgraduate studies in Music in Brazil: from a necessary self-assessment to the construction of new perspectives for the field

Abstract: Research and postgraduate studies in Music in Brazil have expanded significantly in recent decades, as reflected in the growth of *stricto sensu* programs and, consequently, in the training of master's and doctoral graduates, the diversification of themes and perspectives within the field, and the increase in scientific, artistic and technical production. This development coexists with challenges that require permanent and continuous self-assessment of the field, as well as dynamic strategic planning capable of addressing the main problems that have hindered its consolidation in postgraduate training and in the professional production of scientific knowledge. In this context, the article examines how Music is currently positioned within Brazilian research and postgraduate education, identifying advances, potentialities, limits and perspectives for strengthening the field. The study combines bibliographic and documentary research, current data on programs, training, funding and knowledge production, and my experience in assessment processes at the Coordination for

the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) since 2010 and at the Brazilian Innovation Agency (Finep) since 2013, as an *ad hoc* evaluator of projects for the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), and as the representative of Music on CNPq's Advisory Committee for Arts, Information Science, Communication and Museology (CA-AC), for the 2025-2028 term. The analysis addresses the still uneven consolidation of postgraduate education, the need to strengthen a research culture at undergraduate level, the relationship between training and professional practice, the presence of Music in the science, technology and innovation system, and contemporary agendas of scientific knowledge production. As a contribution to critical reflection in the field, the article proposes six fundamental dimensions of professionality in Music research: training, practice, production, insertion, trajectory and updating/innovation, considering how they can permeate the training and praxis of those who work, or intend to work, professionally in research in Brazil. Finally, the article presents perspectives for strengthening the field through collective action, planning, reduction of asymmetries, broader scientific insertion and commitment to issues relevant to Music and to twenty-first-century society.

Keywords: Music research; Postgraduate education; Researcher training; Science, technology and innovation; Professionality.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Pesquisa e pós-graduação em música no Brasil: de uma autoavaliação necessária à construção de novas perspectivas para a área. *Opus* (Assoc. Nac. Pesqui. Pós-Grad. Música), João Pessoa, v. 32, e263220, p. 1-36, 2026. http://dx.doi.org/10.20504/opus2026.32.20
Recebido em 15/06/2026, aprovado em 01/08/2026, publicado em 13/09/2026.
Editor Responsável: Dr. Vinícius Eufrásio.

CC BY

> "Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta. Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político e seria uma ingenuidade não reconhecer que os sonhos têm seus contra-sonhos." *Paulo Freire (2000, p. 54).*

Como pesquisador profissional, quando tenho que descrever o que estudo em minhas pesquisas, tenho enfatizado: eu, como toda pessoa que estuda a música como fenômeno artístico, humano, cultural e social, pesquiso sonhos! Sonhos, no sentido freiriano retratado na epígrafe deste texto, pois são eles que definem os projetos de pesquisa pelos quais eu luto. Nas nossas pesquisas, quando estudamos a inclusão de pessoas nas práxis musicais, é porque sonhamos com um mundo mais inclusivo; quando estudamos o patrimônio musical imaterial brasileiro, é porque sonhamos que as pessoas conheçam e interajam com a nossa diversidade humana e musical; quando estudamos música, gênero e raça, queremos construir um país com equidade de acesso e de direitos para todas as pessoas; quando estudamos processos criativos, sonhamos em compreender e compartilhar formas de estimular e desenvolver a criatividade em diversos contextos culturais; quando pesquisamos performance musical, sonhamos em desvendar a expressividade musical humana e sua construção como cultura. E a vantagem de estudar sonhos, como fazemos em nossas pesquisas, é que, como escreveu Márcio Borges para a canção de Milton Nascimento e Lô Borges, "[...] sonhos não envelhecem" (Nascimento; Borges; Borges, 1979). Os sonhos se transformam, se readaptam, se ampliam e mudam de contexto. Assim também se redefine e se ressignifica a cena profissional da pesquisa, como será analisado neste trabalho! É com o sonho de fortalecer a produção de conhecimento científico e a formação de pessoas para o exercício da pesquisa em Música que escrevo este texto, trazendo sonhos que se tornaram um projeto de pesquisa e que, aqui, à luz da análise científica, apresento para o diálogo com as pessoas que fazem a área e com toda a sociedade brasileira.

A produção de conhecimento ocupa lugar estratégico na organização das sociedades contemporâneas. Ciência, tecnologia e inovação passaram a constituir dimensões fundamentais das políticas de desenvolvimento, principalmente por suas implicações educacionais, culturais, sociais e humanas, e também pelos resultados econômicos e tecnológicos que podem gerar. Desde o final do século XX, diretrizes internacionais vêm defendendo que o conhecimento científico precisa dialogar com problemas concretos das sociedades, contribuir para o desenvolvimento sustentável e ampliar sua responsabilidade diante das desigualdades e dos desafios que marcam o mundo contemporâneo (UNESCO, 2003). Essa perspectiva foi ampliada nas décadas seguintes, sobretudo com os debates sobre ciência aberta, diversidade dos sistemas de conhecimento, integridade, participação social e democratização do acesso aos resultados da pesquisa (UNESCO, 2021).

No Brasil, essa concepção está presente em políticas e diretrizes que articulam formação de pesquisadores/as, produção de conhecimento, inovação, desenvolvimento e impacto social. A pós-graduação *stricto sensu* ocupa lugar central nesse sistema, constituindo o principal espaço institucionalizado de formação para a pesquisa e um dos ambientes mais importantes de produção científica do país. O Plano Nacional de Pós-Graduação 2025-2029 reforça essa função ao relacionar a expansão e a qualidade do Sistema Nacional de Pós-Graduação à redução de assimetrias, à equidade, à inovação, à internacionalização, ao mundo do trabalho e à solução de problemas da sociedade (CAPES, 2026a).

A Música participa desse processo a partir de uma trajetória relativamente recente de institucionalização acadêmica no âmbito da pós-graduação no país, que começa a emergir somente na década de 1980. Todavia, ao longo dessa trajetória, a consolidação dos programas de pós-graduação, o crescimento da produção científica, a organização de associações, periódicos e eventos e a formação de novas gerações de pesquisadores/as permitiram que a área ampliasse sua presença no cenário científico nacional. Como analisei em estudo anterior, a pesquisa em Música no Brasil se encontra em um processo contínuo de expansão, diversificação epistemológica e metodológica e redefinição de seus objetos e formas de produção de conhecimento (Queiroz, 2023a).

Esse crescimento, todavia, não elimina problemas históricos nem garante, por si só, uma inserção consolidada no sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação. A oferta de cursos de mestrado e, principalmente, de doutorado em Música permanece regionalmente desigual, a participação da área em determinadas modalidades de fomento ainda é reduzida, a pesquisa ocupa lugar limitado em parte significativa da formação de graduação e nem sempre a expansão da titulação se converte em trajetórias profissionais continuadas de pesquisa. Ao mesmo tempo, a pluralidade de fenômenos e práticas que caracteriza a Música conecta a área a debates contemporâneos fundamentais para o mundo, e que estão vinculados às perspectivas de qualidade, impacto, diversidade da produção, inovação e critérios de avaliação sem abandonar as singularidades de suas formas de produzir conhecimento e se inserir no mundo.

É justamente a consolidação alcançada pela área que torna necessária uma autoavaliação mais exigente das singularidades que compõem a Música como universo de produção de conhecimento científico. Autoavaliar não significa assumir uma posição de fragilidade ou negar conquistas historicamente construídas. Significa reconhecer que uma área científica madura precisa ser capaz de observar criticamente sua trajetória, compreender as condições em que produz conhecimento, identificar lacunas e transformar o diagnóstico em planejamento e ação. Essa concepção dialoga com a própria orientação contemporânea da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a estruturação dos programas de pós-graduação e a formação de mestres/as e doutores/as, que atribui importância crescente à autoavaliação, ao planejamento estratégico, à identidade dos programas, à formação, à produção e ao impacto social da pós-graduação (CAPES, 2025).

Considerando esse cenário, este artigo tem como objetivo compreender como a Música se insere atualmente no universo da pesquisa e da pós-graduação no Brasil, analisando características da área, avanços alcançados, potencialidades e desafios que precisam ser enfrentados pelo nosso coletivo na atualidade. O problema de pesquisa que orientou o estudo e está na base da discussão deste texto pode ser sintetizado da seguinte forma: diante do campo que construímos e do sistema científico em que estamos inseridos, que pesquisa e que pós-graduação em Música precisamos construir agora? A questão não pressupõe uma resposta única, mas oferece um eixo para relacionar diagnóstico, formação, profissionalidade e perspectivas de transformação.

Metodologicamente, o estudo articula pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e uma dimensão reflexivo-analítica construída a partir da minha atuação como pesquisador no sistema de definição de diretrizes, avaliação e fomento à pesquisa e à pós-graduação em Música no país. A pesquisa bibliográfica contempla trabalhos sobre ciência, produção de conhecimento, pesquisa em Música, formação

e desenvolvimento profissional de pesquisadores/as, avaliação da pesquisa e temas relacionados. A pesquisa documental reúne documentos da CAPES, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e de outras instâncias do sistema brasileiro de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), com atenção especial ao Documento da Área de Artes 2025-2028 (CAPES), ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2025-2029, aos critérios recentes das Bolsas de Produtividade em Pesquisa da área de Artes (CNPq), aos relatórios de julgamento de chamadas do CNPq e a dados sobre programas, cursos, fomento e produtividade. O estudo utiliza ainda levantamentos realizados a partir da Plataforma Sucupira, de bases de teses e dissertações e de documentos institucionais dos diferentes órgãos nacionais ligados à pós-graduação e à CT&I. Esse conjunto de dados e informações é analisado em diálogo com a experiência que tenho acumulado como consultor de processos de avaliação da CAPES desde 2010, avaliador *ad hoc* em processos de fomento à pesquisa da Finep desde 2013, avaliador *ad hoc* do CNPq e representante da área de Música no Comitê de Assessoramento de Artes, Ciência da Informação, Comunicação e Museologia (CA-AC) do CNPq (gestão 2025-2028). Essa posição é assumida como lugar de experiência e reflexão, sem substituir o tratamento documental e analítico das informações que subsidiaram o estudo. Todos os dados apresentados e analisados são de natureza e acesso públicos. Parte deles foi obtida em documentos abertos à consulta pública; outra parte, em documentos de acesso restrito que pude consultar em razão da atuação no CA-AC do CNPq. Nesses casos, foram utilizadas exclusivamente informações de natureza pública, sem exposição de dados sensíveis ou informações particulares de pessoas, em consonância com princípios éticos e de boa conduta em pesquisa.[1]

O texto está organizado em cinco partes, além desta seção inicial e das considerações finais. A primeira discute ciência, tecnologia e inovação no século XXI e suas relações com desenvolvimento e transformação social. Na segunda analiso a pós-graduação como espaço estratégico de produção de conhecimento e formação de pesquisadoras e pesquisadores. A terceira parte traz uma autoavaliação da pesquisa e da pós-graduação em Música no Brasil a partir de seis eixos de problematização. Na quarta proponho seis dimensões fundamentais da profissionalidade na pesquisa em Música. E, finalmente, na quinta e última parte transformo o diagnóstico em perspectivas de ação para o fortalecimento da área no cenário analisado.

1. Ciência, tecnologia e inovação no século XXI: conhecimento, desenvolvimento e transformação social

A ciência do século XXI se desenvolve em um cenário bastante distinto daquele que marcou a institucionalização da pesquisa moderna. A ampliação das tecnologias de informação, a intensificação das redes internacionais, a emergência de problemas globais e a crescente relação entre conhecimento, inovação e políticas públicas alteraram as expectativas dirigidas à atividade científica. Produzir conhecimento permanece como finalidade essencial da pesquisa, mas o conceito contemporâneo de ciência incorpora de

[1] Os Comitês de Assessoramento (CAs) integram a assessoria científica, tecnológica e de inovação do CNPq. Formados por pesquisadores/as selecionados/as conforme suas áreas de atuação, têm, entre outras atribuições, a de avaliar projetos e programas e prestar assessoria ao CNPq em estudos voltados à formulação de políticas públicas. O CA-AC reúne Artes, Ciência da Informação, Comunicação e Museologia (CNPq, 2026c).

forma cada vez mais explícita sua relevância para a sociedade, suas responsabilidades éticas e sua capacidade de contribuir para problemas de diferentes naturezas.

A UNESCO já afirmava, no início deste século, a necessidade de um novo compromisso social da ciência, orientado para a redução da pobreza, o desenvolvimento sustentável, a relação equilibrada com a natureza e a diminuição das desigualdades no acesso aos benefícios do conhecimento científico (UNESCO, 2003). Essa formulação é importante porque aproxima produção de conhecimento, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Essa perspectiva reconhece e assume que a atividade científica ocorre de forma indissociável das dimensões históricas, políticas, culturais e econômicas, participando ativamente da construção dos diversos contextos que permeiam a sociedade. Nesse sentido, impacto e contribuição social deixam de aparecer somente como consequências desejáveis e passam a constituir dimensões cada vez mais integradas ao próprio conceito de ciência, aos seus objetivos e às políticas contemporâneas de produção do conhecimento.

Nessa direção, tenho trabalhado com uma definição de ciência que evidencia essa mudança de paradigma, entendendo ciência como o conjunto de conhecimentos produzidos por meio de metodologias investigativas que, de forma sistemática, permitem compreender e revelar aspectos dos fenômenos humanos e naturais, contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento social e o fortalecimento de grupos, comunidades, cidades, estados e países. Há duas mudanças importantes nessa formulação. A primeira é o deslocamento do foco exclusivo nas áreas de conhecimento para os fenômenos e problemas que mobilizam a investigação. A segunda é a incorporação da contribuição social ao próprio sentido da produção científica. O que em formulações anteriores aparecia muitas vezes como efeito posterior da ciência passa, no cenário contemporâneo das políticas de CT&I, a integrar as razões que legitimam e orientam o investimento público em pesquisa e a consequente produção de conhecimento científico derivada desse processo.

Essa compreensão é especialmente importante para os campos das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA), pois evita que ciência, tecnologia e inovação sejam reduzidas aos modelos das áreas de maior proximidade com a indústria ou com a produção de artefatos. A pesquisa em Música pode produzir inovação quando cria novas formas de conhecer fenômenos musicais, desenvolve metodologias adequadas às singularidades de determinados contextos, produz tecnologias para criação ou educação, formula processos de preservação e acesso a acervos e ao patrimônio musical imaterial, propõe alternativas pedagógicas ou gera conhecimentos capazes de subsidiar políticas culturais e educacionais. Assim, a questão não é saber se a Música pode produzir ciência e inovação, mas compreender como suas especificidades podem contribuir para os problemas e objetivos mais amplos do sistema científico. Essa é uma dimensão estratégica para o que de fato interessa à nossa área: produzir conhecimento científico musical que contribua efetivamente para a construção de um mundo mais equânime e para a melhoria da qualidade de vida, em suas diferentes dimensões, no nosso país.

A relevância social precisa ser compreendida de forma ampla para preservar a diversidade da atividade científica. A pesquisa básica, a investigação histórica, a análise de repertórios, os estudos teóricos e outras formas de produção de conhecimento cuja aplicação não seja imediata continuam sendo essenciais. Muitas transformações relevantes decorrem de conhecimentos cujo potencial não era totalmente previsível

no momento em que foram produzidos. O desafio consiste em articular liberdade investigativa, rigor científico, criatividade, sensibilidade e responsabilidade, reconhecendo que a relevância pode assumir formas científicas, culturais, artísticas, educacionais, sociais, tecnológicas e profissionais.

A ciência aberta acrescenta outras exigências a esse cenário. A Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta associa qualidade científica a práticas de compartilhamento, acessibilidade, colaboração, diálogo com diferentes sistemas de conhecimento e participação de atores sociais (UNESCO, 2021). Para a Música, essas questões têm implicações importantes. Acervos digitais, dados sonoros, registros audiovisuais, partituras, *softwares*, produções artísticas e materiais educacionais ampliam as possibilidades de compartilhamento, mas também exigem atenção a direitos autorais, consentimento, ética, conhecimentos tradicionais, atribuição de autoria e condições adequadas de circulação.

Nesse contexto, produzir ciência no século XXI envolve conhecer, comunicar, colaborar e assumir responsabilidades sobre os efeitos e os usos do conhecimento. Envolve também a revisão permanente das próprias práticas científicas. Inteligência artificial, emergência climática, desigualdades sociais, diversidade, integridade científica e novas formas de avaliação compõem o cenário em que pesquisadores/as trabalham e, por isso, precisam integrar a formação e as políticas de pesquisa.

Para a área de Música, é desafiador conceber uma participação de forma mais substantiva nesse universo sem perder sua identidade e as singularidades que os seus fenômenos de estudo demandam. As diretrizes brasileiras de CT&I, como mencionado anteriormente, são formuladas para atender prioridades e necessidades do país e não mais para garantir o avanço de uma ou outra área específica. A inserção da Música nessa cena depende, portanto, de sua capacidade de demonstrar como o conhecimento produzido por suas diferentes perspectivas e abordagens pode contribuir para a cultura, a educação, a inovação, o patrimônio, a saúde, a tecnologia, a cidadania, a diversidade cultural e de pessoas e outras dimensões relevantes da vida social. Ao mesmo tempo, participar do sistema significa também atuar criticamente para ampliar seus conceitos de ciência, produção, impacto e inovação.

A relação entre políticas de CT&I e produção de conhecimento em Música já vinha sendo problematizada por Luciana Del-Ben (2014), ao discutir as perspectivas dessas políticas para a educação musical. A autora propôs deslocar parte da atenção para a origem de nossos interesses de conhecimento, os problemas de pesquisa que escolhemos e os resultados que esperamos e efetivamente alcançamos, defendendo que essa reflexão pode contribuir para uma agenda de pesquisa mais consistente. Mais de uma década depois, essa provocação permanece atual e pode ser ampliada para o conjunto da Música: inserir-se no sistema científico implica compreender suas políticas, mas também perguntar que conhecimentos necessitamos e queremos produzir e que contribuições eles oferecem ao campo e à sociedade.

Nesse arranjo institucional, a Finep também ocupa posição estratégica. Vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e responsável pela secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a agência mantém linhas de financiamento voltadas, entre outras finalidades, à expansão, modernização e consolidação da infraestrutura científica e tecnológica das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs). Iniciativas como o Fundo de Infraestrutura (CT-Infra) e o Programa de Investimento em Infraestrutura (Pró-Infra) financiam projetos

institucionais, laboratórios, equipamentos e estruturas compartilhadas de pesquisa (Finep, 2026a; 2026b). A relação da Música com esse tipo de fomento ainda é pouco desenvolvida e menos visível do que sua presença na CAPES e no CNPq, mas há um campo importante a ser ocupado, sobretudo em infraestruturas de áudio, acústica, sonologia, acervos digitais, tecnologias de criação e performance, acessibilidade, computação musical e laboratórios interdisciplinares. Incluir a Finep no horizonte da área significa compreender que consolidar pesquisa também depende das condições materiais e institucionais que tornam possíveis investigações de maior escala.

2. A pós-graduação como espaço estratégico de produção de conhecimento e formação de pessoas para a práxis profissional da pesquisa

A pós-graduação *stricto sensu* constitui, no Brasil, um dos principais espaços de institucionalização da pesquisa e de formação de pesquisadores/as. A história da expansão científica brasileira está profundamente relacionada ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação e à oferta de cursos de mestrado e doutorado, à formação de quadros para as universidades e à consolidação de comunidades acadêmicas especializadas. Nesse processo, a pós-graduação assumiu uma dupla função: produzir conhecimento e formar pessoas capazes de produzir novos conhecimentos de maneira continuada.[2]

Essa dupla função precisa ser fortalecida porque a formação de pessoas para a práxis profissional da pesquisa envolve muito mais que transmissão de conteúdos e domínio de técnicas metodológicas. Trata-se de formar gente capaz de produzir conhecimento com rigor, sensibilidade, responsabilidade, autonomia e compromisso com o mundo em que vive. A realização de uma dissertação ou tese é uma experiência formativa essencial, mas a constituição de uma pessoa pesquisadora envolve também aprender a formular problemas, trabalhar com diferentes referenciais, participar de forma engajada de comunidades científicas, avaliar trabalhos, construir projetos, divulgar amplamente os resultados de seus estudos para diferentes públicos, especializados ou não, e compreender as condições institucionais da pesquisa. O doutorado, sobretudo, deve propiciar a passagem de uma experiência inicial de produção do conhecimento científico para um estágio em que essas dimensões alcancem maior densidade, autonomia e inserção profissional, bem como maior capacidade de produzir impactos positivos na realidade social.

As políticas contemporâneas de pós-graduação reforçam essa perspectiva. O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2025-2029 relaciona a formação pós-graduada à ampliação de recursos humanos de alto nível, à redução das desigualdades de acesso e permanência, à solução de problemas da sociedade, ao mundo do trabalho, à inovação, à internacionalização e à governança estratégica do sistema (CAPES, 2026a). O Documento da Área de Artes da CAPES (2025-2028), por sua vez, afirma que os programas precisam construir percursos formativos coerentes com sua identidade e preparar mestres/as e doutores/as para diferentes espaços acadêmicos e não acadêmicos, valorizando impactos sociais, culturais, artísticos, educacionais, tecnológicos e profissionais (CAPES, 2025).

[2] Neste texto, programa de pós-graduação designa a unidade acadêmico-institucional que organiza e oferta a formação em nível de pós-graduação, enquanto curso se refere a cada nível ou modalidade de formação oferecido pelo programa, como mestrado e doutorado. Assim, um mesmo programa pode ofertar mais de um curso.

Essas mudanças ampliam a compreensão do que se espera de um programa de pós-graduação. A qualidade não pode ser medida apenas pela quantidade de titulados ou pela soma das produções do corpo docente e discente. Ela envolve coerência entre missão, objetivos, formação, pesquisa, produção, inserção, acompanhamento de egressos, autoavaliação e planejamento estratégico. Essa concepção é particularmente relevante para as Artes, área na qual processos e produtos assumem configurações variadas e na qual a avaliação precisa reconhecer publicações e demais produções científicas, artísticas e técnico-tecnológicas resultantes de pesquisa.

A centralidade da formação também exige atenção à experiência concreta das pessoas que passam pela pós-graduação. O desenvolvimento de uma identidade profissional de pesquisador/a é gradual e depende de participação, reconhecimento, relações com pares, orientação, autonomia e oportunidades para atuar em diferentes dimensões da pesquisa. Estudos sobre identidade de pesquisador/a mostram que tornar-se pesquisador/a não é uma consequência automática do ingresso ou da titulação na pós-graduação, mas um processo de construção de pertencimento e de capacidade de atuação no campo científico (Castelló et al., 2021).

Para a Música, esse aspecto merece atenção especial. A formação superior da área foi historicamente organizada em torno de práticas artísticas, repertórios e competências técnicas que nem sempre incorporaram a pesquisa como dimensão estruturante do currículo. Como já discutido em estudos sobre a educação superior em Música no Brasil, a permanência de modelos coloniais, disciplinares e eurocentrados contribuiu para separar teoria e prática, criação e reflexão, fazer musical e produção de conhecimento (Queiroz, 2020; 2023b). A expansão da pós-graduação criou novos espaços investigativos, mas essas heranças continuam presentes quando fazer música e pensar Música são tratados como dimensões separadas ou mesmo incompatíveis. Essa talvez seja uma das heranças coloniais mais perversas da formação musical: retirar das pessoas a percepção de que o fazer musical também demanda pensamento crítico, produção de conhecimento e, portanto, a realização de pesquisa.

A formação de pessoas para a pesquisa em Música precisa, portanto, dialogar com as singularidades da área e com as expectativas mais amplas da ciência contemporânea. Performance, composição, educação, musicologia, etnomusicologia, sonologia, cognição, musicoterapia e outros campos constituem espaços legítimos de investigação, cada qual com suas tradições, metodologias e formas de produção. Essa pluralidade convive com bases comuns relacionadas à ética, integridade, elaboração de projetos, comunicação científica, participação em redes, políticas de fomento, ciência aberta e avaliação. A formação profissional precisa respeitar as diferenças entre esses campos sem subordiná-los a um único modelo de produtividade.

Esse conjunto de questões torna a pós-graduação um espaço estratégico não apenas porque concentra pesquisas, mas porque pode transformar a cultura científica da área. Cursos de mestrado e de doutorado possuem condições para articular formação, pesquisa, produção, redes e inserção institucional, criando experiências que extrapolem o trabalho individual de dissertações e teses. A pergunta central passa a ser se a expansão ocorrida na Música tem conseguido acompanhar, com a mesma intensidade, a formação de pessoas para uma atuação profissional continuada no universo da pesquisa. Vamos a essa análise.

3. Pesquisa e pós-graduação em Música no Brasil: uma autoavaliação necessária

A pós-graduação em Música cresceu de forma expressiva no Brasil nas últimas décadas. A trajetória começa a ganhar forma no século XX com a criação do primeiro programa da área na Universidade Federal do Rio de Janeiro e se adensa ao longo dos anos de 1990 com a expansão dos mestrados e, a partir de 1995, dos doutorados. Nas duas últimas décadas, esse cenário incorporou modalidades profissionais e alcançou todas as regiões do país, ainda que de forma assimétrica, com a abertura de programas também na Região Norte. Associados a essa expansão estão o incremento da produção científica, artística e técnica, o aumento expressivo de pesquisadores/as formados/as pelos programas de pós-graduação (PPGs), o fortalecimento de coletivos como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), a Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET) e a Associação Brasileira de Performance Musical (ABRAPEM), além da criação e consolidação de periódicos especializados da área e da diversificação das estratégias de divulgação da produção de conhecimento para diferentes públicos (Queiroz, 2023a). Uma fotografia da conjuntura atual evidencia, todavia, que expansão e consolidação não são sinônimos e que diferentes dimensões da pesquisa em Música permanecem em construção.

A autoavaliação apresentada nesta seção está organizada em seis constatações articuladas que permitem reconhecer avanços, tensões e possibilidades de ação. Elas dizem respeito à formação em pesquisa, à presença da pesquisa na graduação, à relação entre reprodução e produção de conhecimento, à participação da Música nas políticas e no fomento de CT&I, à distância entre a formação pós-graduada e a práxis profissional da pesquisa e, finalmente, às escolhas de temáticas e perfis de pesquisas que vêm caracterizando a formação de pessoas e a produção de conhecimento nos cursos de mestrado e doutorado. O objetivo da análise aqui apresentada é produzir um diagnóstico capaz de orientar ações futuras e ampliar a maturidade científica da área.

3.1. Uma realidade de formação em pesquisa ainda em construção

Os dados atuais mostram que a pós-graduação em Música alcançou uma estrutura significativamente maior que aquela registrada no início deste século. Em 2026, o país conta com 28 programas específicos de pós-graduação em Música, responsáveis por 42 cursos. Entre os 20 programas acadêmicos, 12 oferecem mestrado e doutorado, correspondendo a 60% desse conjunto, enquanto oito oferecem somente mestrado. Entre os oito programas profissionais, dois oferecem mestrado e doutorado e seis permanecem apenas com o mestrado profissional. Trata-se de um crescimento importante quando comparado ao cenário de 2023, no qual havia 24 programas específicos de Música e, sobretudo, quando analisado em relação ao quantitativo das décadas anteriores (Queiroz, 2023a).

A análise dos resultados da avaliação quadrienal 2021-2024, entretanto, mostra uma área ainda fortemente concentrada em estratos intermediários. A Fig. 1 sintetiza essa distribuição. Dos 28 programas, cinco têm nota 3 e onze nota 4, o que significa que 57,1% se encontram nesses dois níveis. Há cinco programas com nota 5, dois com nota 6 e dois com nota 7. Outros três aparecem com a indicação A, atribuída a programas novos que ainda não passaram por uma avaliação quadrienal completa. Esses dados evidenciam um sistema em crescimento, mas com parcela expressiva de programas ainda em processo de consolidação.

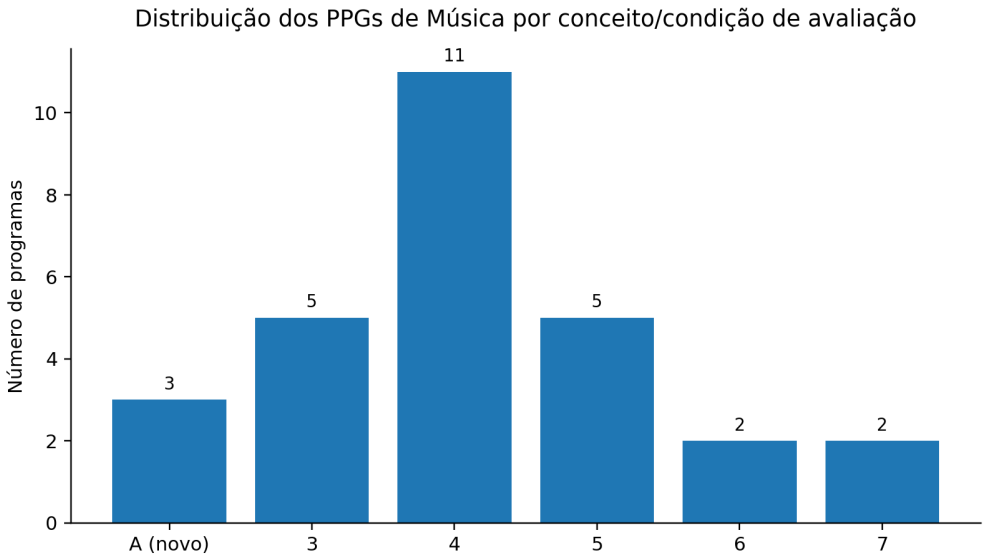

Figura 1. Distribuição dos programas de pós-graduação em Música por conceito/condição de avaliação.
Fonte: elaboração do autor a partir de dados da Plataforma Sucupira (CAPES, 2026b).

A distribuição regional revela outra dimensão importante, sintetizada na Fig. 2. Doze programas estão no Sudeste, correspondendo a 42,9% do total. Sul e Nordeste possuem cinco programas cada, enquanto Norte e Centro-Oeste contam com três programas em cada região. A desigualdade se torna ainda mais evidente quando se observa a oferta de doutorados e a posição dos programas nos estratos superiores de avaliação. Norte e Centro-Oeste apresentam menor presença nesses níveis e, em conjunto, possuem apenas um doutorado específico em Música. A aprovação, em 2023, do primeiro mestrado acadêmico específico da área na Região Norte foi um marco relevante, mas não eliminou a assimetria histórica.

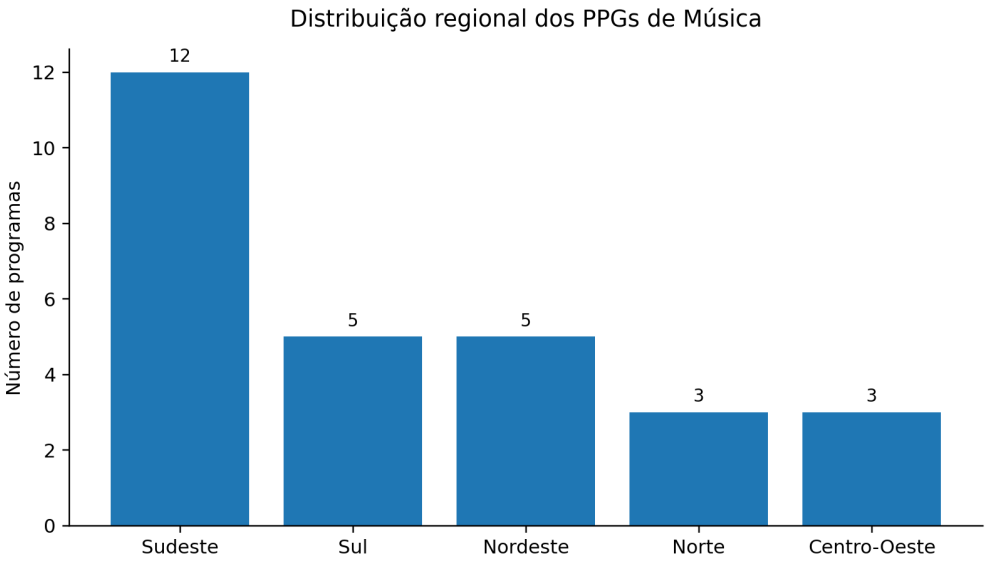

Figura 2. Distribuição regional dos programas de pós-graduação em Música.
Fonte: elaboração do autor a partir de dados da Plataforma Sucupira (CAPES, 2026b).

O cenário confirma, portanto, duas realidades simultâneas. A primeira é o avanço expressivo da pós-graduação em Música, que ampliou oportunidades de formação, diversificou instituições e criou novos centros de produção de conhecimento. A segunda é a persistência de uma oferta desigual e ainda insuficiente para um país de dimensão continental e intensa diversidade musical. A formação de pesquisadores/as está consolidada em determinados contextos e permanece em construção quando observada a partir do conjunto do território nacional.

3.2. A necessidade de consolidar uma cultura de pesquisa na graduação em Música

Uma segunda questão diz respeito à formação inicial. Hábitos de investigação, formulação de problemas, leitura crítica, experimentação e produção de conhecimento devem começar muito antes da pós-graduação *stricto sensu*. Levantamentos sobre currículos de graduação em Música mostram, entretanto, uma presença reduzida de componentes diretamente relacionados à pesquisa e uma forte concentração curricular em práticas e conhecimentos que não têm a investigação como eixo articulador. Como evidencia a Fig. 3, os componentes diretamente identificados como Pesquisa em Música correspondem a apenas 0,6% do total analisado. Esses dados foram extraídos de pesquisas que coordenei entre 2017 e 2025, que contemplaram 30 universidades brasileiras, distribuídas entre as cinco regiões do país. Trata-se, portanto, de uma presença curricular muito pequena. O mesmo estudo evidencia que a participação em grupos de pesquisa e experiências concretas de práxis investigativa também são pouco presentes nos cursos de graduação em Música do Brasil (Queiroz, 2023b).

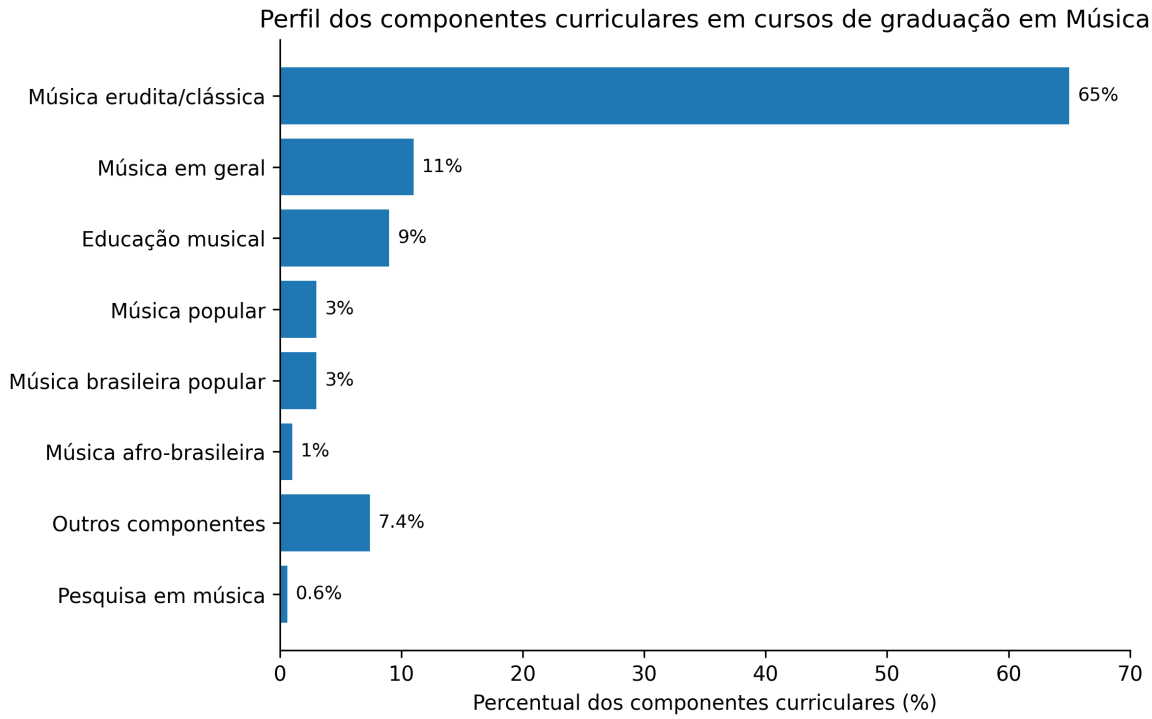

Figura 3. Perfil dos componentes curriculares em cursos de graduação em Música.
Fonte: elaboração do autor a partir de Queiroz (2023b).

Esse dado precisa ser interpretado como um convite para ampliar a cultura de pesquisa na graduação. A proposta é fazer com que investigar possa integrar o aprender música, sem converter a graduação em treinamento antecipado para a pós-graduação. Isso significa criar condições para que estudantes formulem perguntas, comparem perspectivas, documentem processos, construam argumentos, experimentem procedimentos e compreendam que conhecimentos musicais, novos e inovadores, também podem ser produzidos por eles e por elas em seus próprios cursos de formação.

Essa perspectiva dialoga com proposições já apresentadas em trabalhos anteriores, nos quais a pesquisa é entendida como estratégia capaz de romper com uma formação marcada pela recepção passiva de conhecimentos e favorecer a construção de saberes contextualizados com as demandas de suas realidades e com as inovações que almejamos para a música no Brasil (Queiroz, 2020). Inserir estudantes em iniciação científica, grupos de pesquisa, projetos coletivos, eventos e produção acadêmica continua sendo fundamental, mas essas ações precisam encontrar correspondência no cotidiano curricular. Uma cultura de pesquisa se fortalece quando investigar deixa de ser atividade excepcional e passa a constituir uma possibilidade concreta das diferentes práticas formativas.

3.3. Entre reproduzir conhecimentos e produzir novos saberes

A dificuldade de consolidar a pesquisa na graduação está relacionada a uma terceira questão: a forte tendência de reprodução de conhecimentos prontos em parte da formação musical. A história institucional do ensino de Música no Brasil foi marcada pela valorização de repertórios, métodos, técnicas e modelos curriculares concebidos como referências a serem dominadas. Conhecer tradições, obras e procedimentos acumulados é indispensável, mas isso se torna um problema no processo formativo quando a abordagem dessas dimensões se limita predominantemente à apropriação e à reprodução, oferecendo pouco ou nenhum espaço para questionar, contextualizar e produzir novos saberes.

Esse debate não deve estabelecer uma oposição artificial entre tradição e inovação, teoria e prática ou performance e pesquisa. Interpretar uma obra, recriar repertórios e desenvolver uma técnica instrumental são atividades complexas que mobilizam conhecimento e criatividade. A questão é compreender se a formação também estimula a transformação dessas experiências em perguntas, problemas e processos sistemáticos de investigação. Quando isso não ocorre, o conhecimento chega predominantemente como algo a ser aprendido e reproduzido e menos como algo a ser interrogado, construído e transformado.

A reprodução pode ocorrer também no plano epistemológico e metodológico. Modelos de pesquisa consolidados são fundamentais para a formação, desde que funcionem como referências e não como fórmulas independentes dos fenômenos e contextos investigados. Estudos anteriores sobre educação superior em Música apontaram a permanência de estruturas curriculares e epistemológicas pouco sensíveis à diversidade musical brasileira e a necessidade de produzir alternativas capazes de relacionar investigação, experimentação, práticas musicais e pluralidade de conhecimentos (Queiroz, 2020; 2023b). Produzir conhecimento como exercício de autonomia e pensar criticamente sobre os saberes já produzidos são condições para uma libertação epistemológica da área. Em diálogo com uma imagem recorrente no pensamento decolonial, trata-se de manter todas as janelas abertas para o mundo sem permitir que

sejamos desapossados de nossa própria cultura e, acrescento, de nossa capacidade de pensar e produzir conhecimento por nós mesmos.

3.4. Uma participação ainda limitada no sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação

A quarta constatação diz respeito à inserção da Música no sistema brasileiro de políticas e fomento de ciência, tecnologia e inovação, que ainda se apresenta em escala reduzida quando comparada ao conjunto do sistema científico. A Fig. 4 torna visual essa diferença. Em agosto de 2026, o Painel de Fomento do CNPq registrava 130.211 bolsas e projetos vigentes no conjunto das áreas, 734 vinculados a Artes e 93 identificados em Música. As Artes correspondiam, portanto, a cerca de 0,56% do total, enquanto a Música representava aproximadamente 0,07%. Esses percentuais não medem diretamente inserção internacional, mas evidenciam uma base nacional de fomento bastante pequena, condição que também limita a capacidade de sustentar redes, projetos de maior escala e presença internacional continuada.

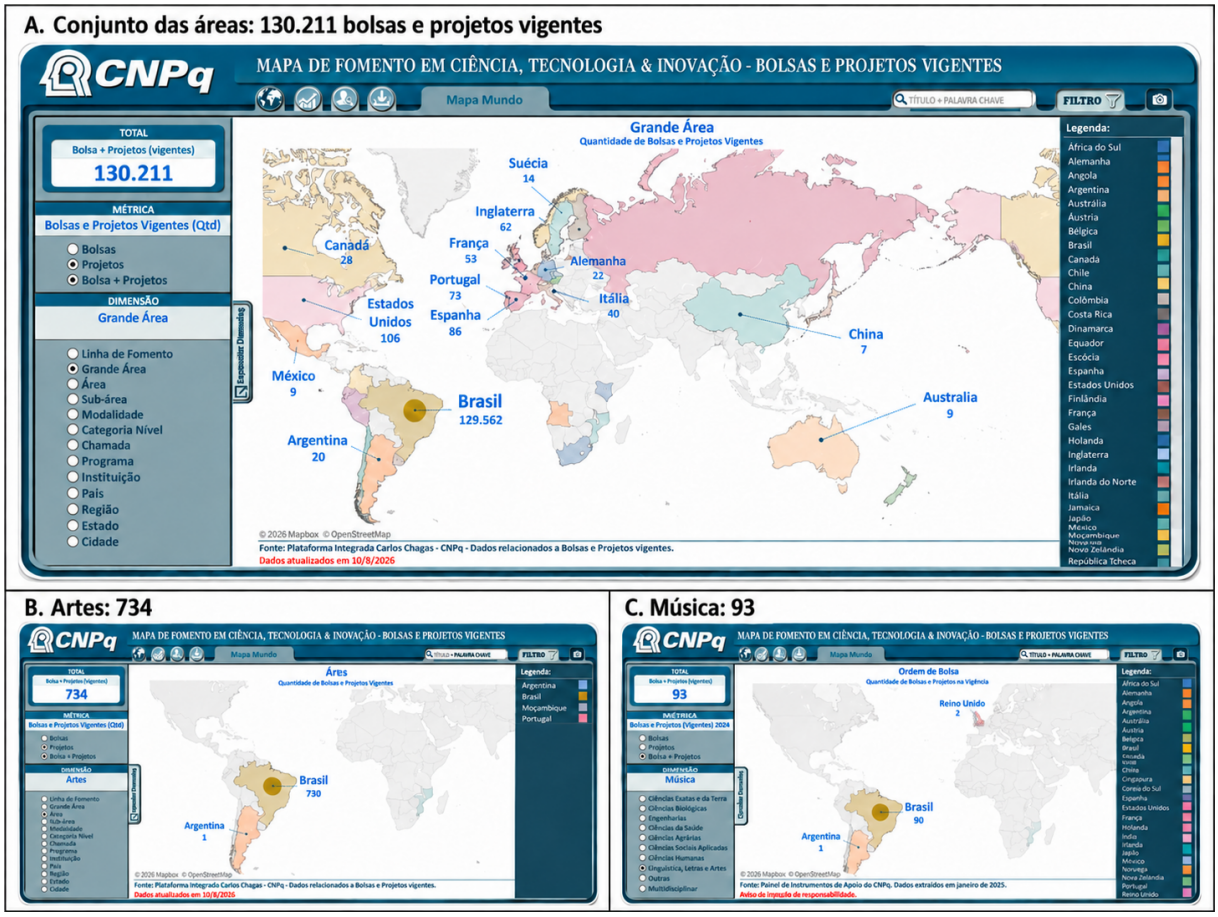

Figura 4. Painel de Fomento do CNPq: total de bolsas e projetos vigentes, Artes e Música.
Fonte: capturas de tela do Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação do CNPq, consulta em 10 ago. 2026. Total nacional: 130.211; Artes: 734; Música: 93.

O cenário das Bolsas de Produtividade em Pesquisa, com dados referentes a 2025, também é revelador. As Figuras 5 e 6 sintetizam, respectivamente, a distribuição das bolsas na área de Artes e, no interior da Música, sua distribuição por subáreas. Entre aproximadamente 16 mil bolsas PQ consideradas

no levantamento, 140 estavam na área de Artes, cerca de 0,88% do total, e 46 estavam vinculadas à Música, aproximadamente 0,29%. No interior das Artes, a Música representava 33% das bolsas, atrás das Artes Visuais e à frente de Teatro e Dança. Entre as 46 bolsas de Música, havia uma diversidade expressiva de subáreas, com maior presença de Educação Musical, seguida por Composição/Sonologia, Performance, Musicologia, Etnomusicologia, Música Popular, Cognição e Computação Musical. O quadro é pequeno em relação ao universo nacional e, ao mesmo tempo, internamente diversificado.

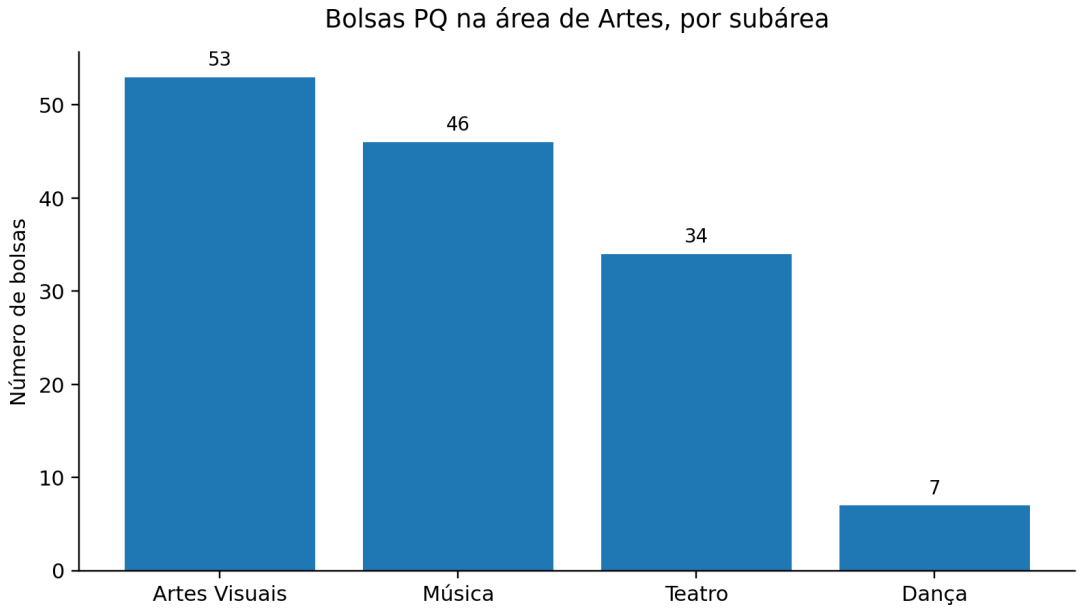

Figura 5. Distribuição das Bolsas de Produtividade em Pesquisa na área de Artes.
Fonte: elaboração do autor a partir de dados do CNPq referentes a 2025.

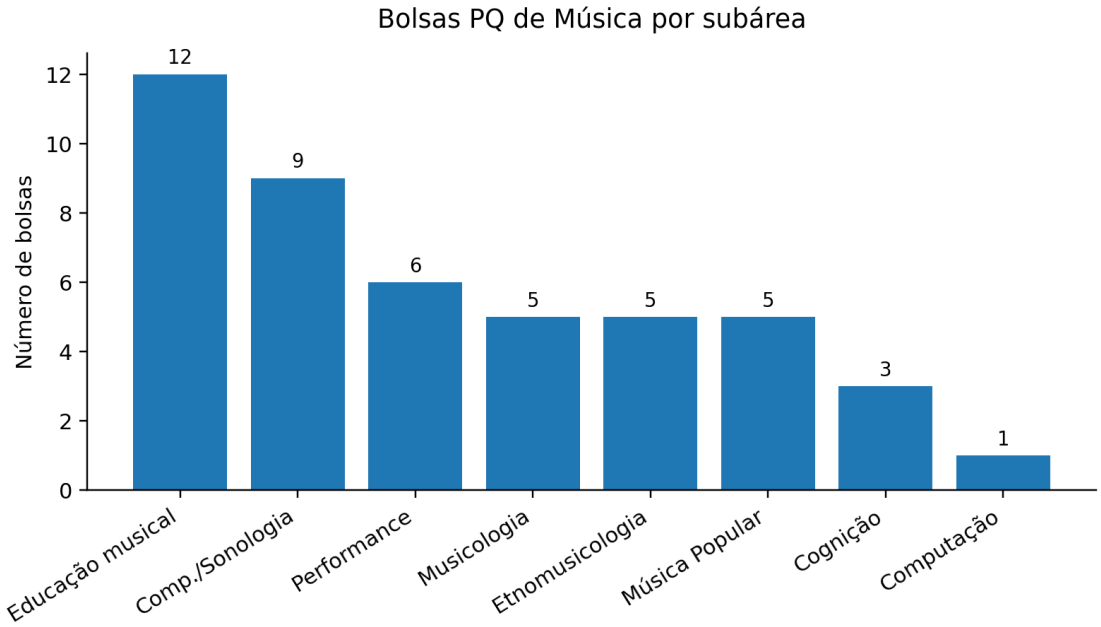

Figura 6. Distribuição das Bolsas de Produtividade em Pesquisa de Música por subárea, 2025.
Fonte: elaboração do autor a partir de dados do CNPq referentes a 2025.

Os dados de 2025 são, em grande medida, mantidos em 2026. Nesse cenário, a Música continua contando com 46 bolsas PQ, mas apresenta algumas mudanças em sua distribuição interna. A Fig. 7 mostra que Educação Musical permanece como a subárea com maior número de bolsas, embora passe de 12 para 11; Musicologia cresce de cinco para nove; Composição/Sonologia passa de nove para oito; Etnomusicologia, de cinco para seis; Performance Musical, de seis para quatro; Música Popular, de cinco para quatro; Cognição Musical permanece com três; Computação Musical deixa de aparecer no quadro, enquanto Música e Saúde passa a contar com uma bolsa. No conjunto geral, a distribuição por gênero alcança equilíbrio numérico em 2026, com 23 mulheres e 23 homens. Internamente, contudo, persistem assimetrias expressivas entre os campos. Essa realidade pode ser ilustrada na comparação entre Educação Musical e Composição/Sonologia, por exemplo. Enquanto na Educação Musical sete das onze bolsas são destinadas a pesquisadoras, na Composição/Sonologia apenas uma das oito bolsas está atribuída a uma mulher. Esses contrastes mostram que o equilíbrio agregado não elimina desigualdades internas e que alguns campos permanecem significativamente mais masculinizados do que outros.

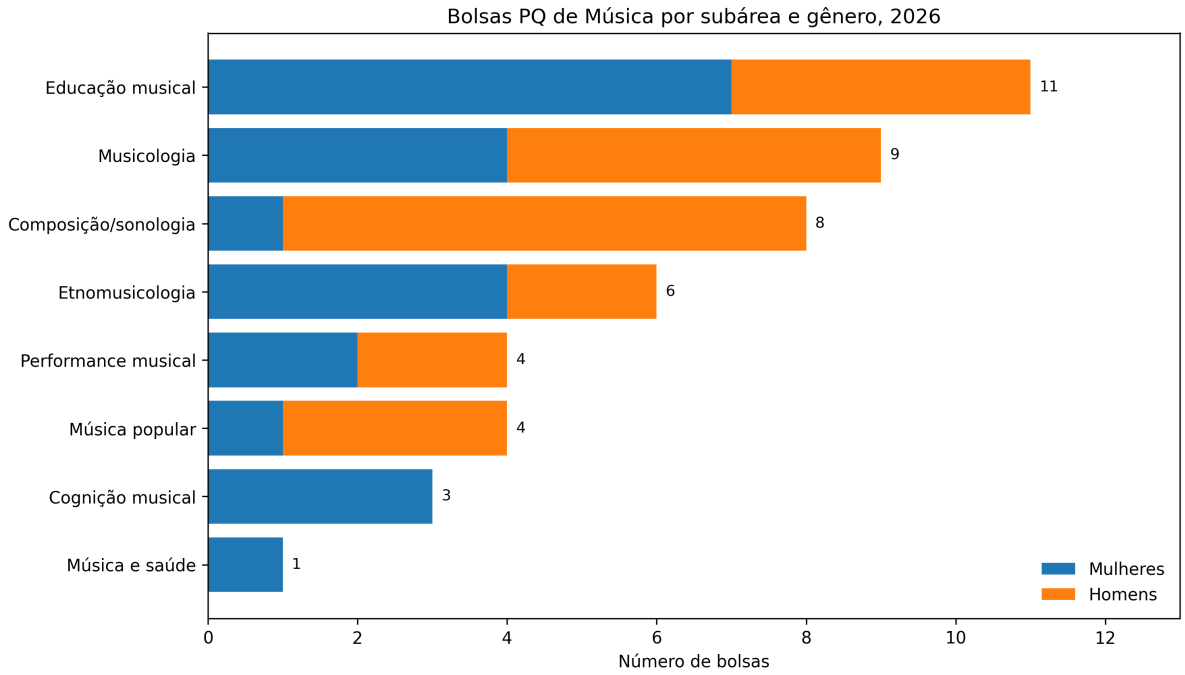

Figura 7. Distribuição das Bolsas de Produtividade em Pesquisa de Música por subárea e gênero, 2026.
Fonte: elaboração do autor a partir dos dados de 2026 do CNPq sistematizados para este estudo.

A distribuição por raça/cor disponível para 2025, e que se mantém em 2026, revela uma desigualdade ainda mais acentuada, como evidencia a Fig. 8. Dos 46 bolsistas, 41 são brancos, quatro pardos e apenas uma bolsa, equivalente a 2%, está atribuída a uma pessoa preta. A leitura desse quadro precisa considerar processos históricos de desigualdade no acesso à formação superior, à pós-graduação e às trajetórias acadêmicas. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de investir em políticas afirmativas, acompanhar seus efeitos e aperfeiçoar os processos de avaliação de modo a ampliar a diversidade entre as pessoas pesquisadoras reconhecidas e financiadas.

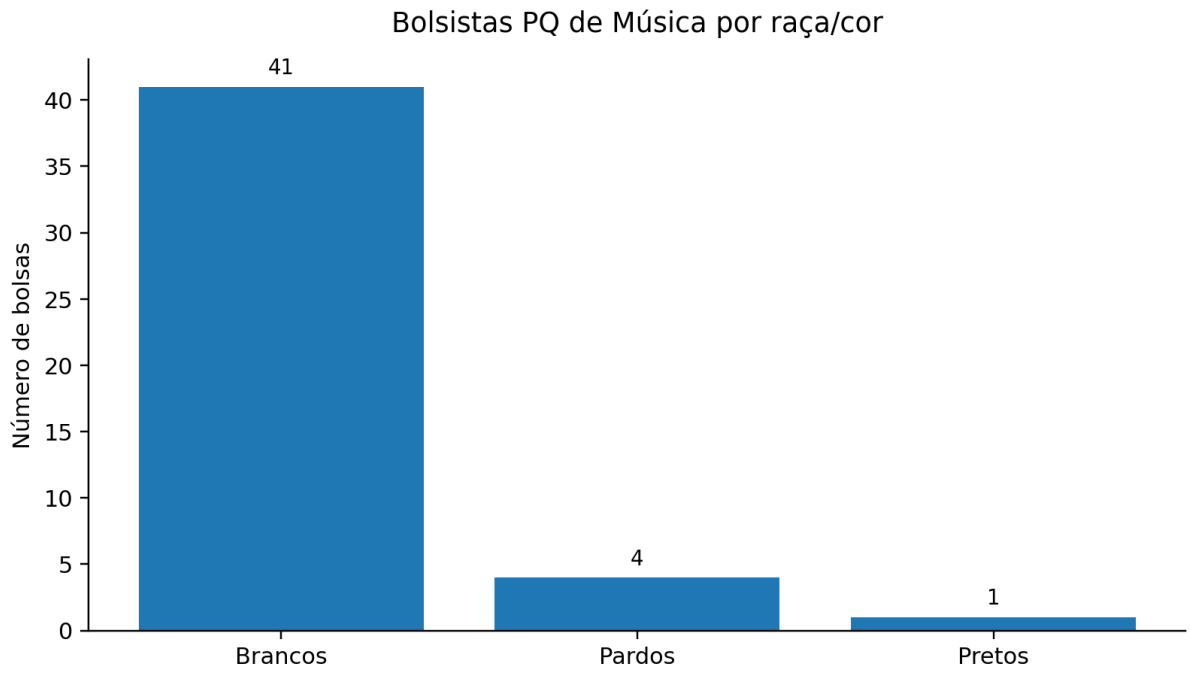

Figura 8. Distribuição das Bolsas PQ de Música por raça/cor, 2025 e 2026.
Fonte: elaboração do autor a partir de dados do CNPq referentes a 2025 e 2026. Brancos: 41; pardos: 4; pretos: 1.

Esse quadro atualiza uma questão que Del-Ben (2014) já colocava para a educação musical: o fortalecimento da pesquisa depende também da capacidade de relacionar nossos interesses de conhecimento às políticas de ciência, tecnologia e inovação e de refletir sobre os resultados que a área produz e pretende produzir. Os dados de fomento acrescentam uma dimensão concreta a essa discussão, pois mostram que a presença da Música no sistema depende tanto da qualidade das propostas quanto de sua capacidade de participar efetivamente das oportunidades disponíveis.

A demanda apresentada às chamadas é parte decisiva dessa discussão porque, em diferentes modalidades, a distribuição de cotas e recursos considera, entre outros elementos, o volume de propostas recebido por subárea. A Fig. 9 e a Tabela 1 permitem comparar esse comportamento em chamadas recentes. Os relatórios do CA-AC ajudam a tornar esse mecanismo concreto. Na Chamada 49/2024, Bolsas no País, a área de Artes apresentou 129 propostas: 61 em Artes Visuais, 37 em Artes Cênicas e 31 em Música, o que correspondeu a 24,03% da demanda da área para Música (CNPq, 2025a). Na Chamada 18/2024, Bolsa de Produtividade, foram 78 propostas de Artes Visuais, 45 de Artes Cênicas e 52 de Música (CNPq, 2025b). Já na Chamada 26/2025, destinada ao apoio a eventos, a Música apresentou 48,2% das propostas e recebeu, na divisão inicial proporcional à demanda, R$ 150.866,00 dos R$ 313.000,00 disponíveis para o Comitê de Artes (CNPq, 2026b). Esses exemplos mostram que demanda e fomento se influenciam de maneira concreta, ainda que mérito, ações afirmativas, prioridades e limites orçamentários também interfiram no julgamento.

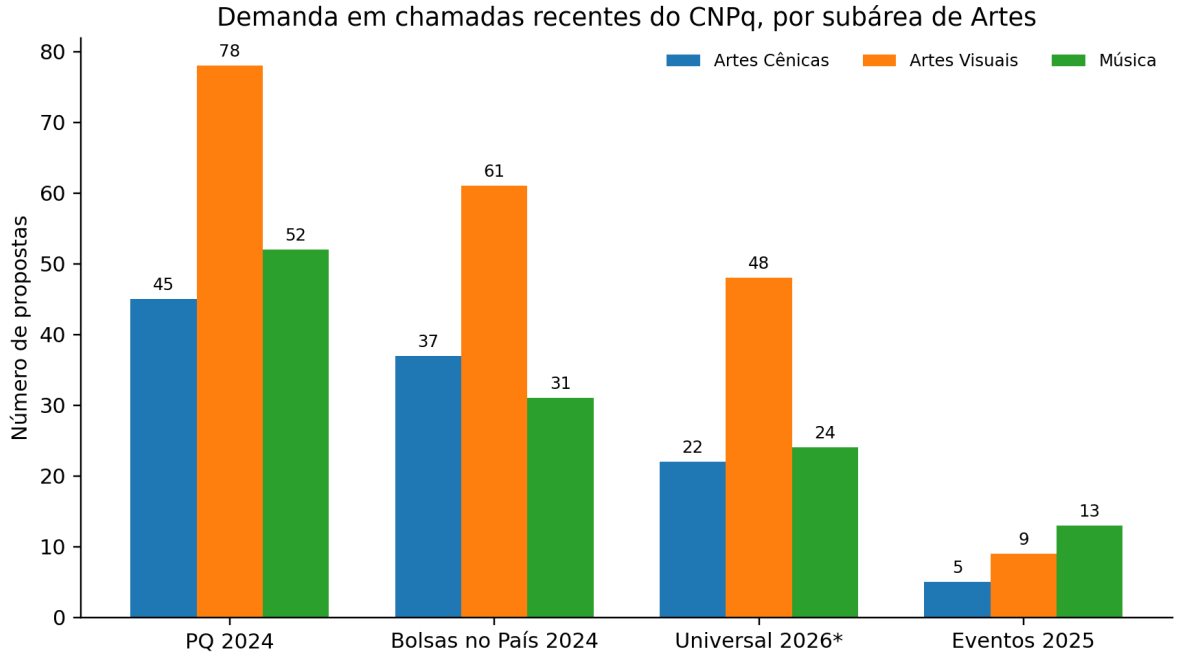

Figura 9. Demanda em chamadas recentes do CNPq, por subárea de Artes.
*Fonte: relatórios de julgamento do CA-AC/CNPq e levantamento do autor. *Dados preliminares da demanda da Chamada Universal 2026 disponíveis à época da elaboração deste artigo.*

Chamada	Artes Cênicas	Artes Visuais	Música	Participação da Música
PQ 18/2024	45	78	52	29,7%
Bolsas no País 49/2024	37	61	31	24,0%
Universal 2026	22	48	24	25,5%
Eventos 26/2025	5	9	13	48,2%

Tabela 1. Demanda de subáreas de Artes em chamadas recentes do CNPq.
Fonte: relatórios de julgamento do CA-AC/CNPq.

Os dados tornam visível um mecanismo que pode produzir um círculo de retroalimentação da baixa inserção. Uma demanda reduzida diminui a presença relativa da subárea em chamadas nas quais a distribuição inicial considera o volume de propostas; menor participação em recursos reduz possibilidades de consolidar equipes, trajetórias e redes; e comunidades pouco inseridas tendem a submeter menos propostas em chamadas futuras. O movimento oposto também é possível, como mostra a Chamada de Eventos de 2025, na qual a elevada demanda de Música resultou em maior parcela inicial do orçamento do Comitê. Romper a baixa inserção depende, portanto, de políticas de fomento sensíveis às desigualdades entre áreas e de mobilização interna da Música para conhecer editais, formular projetos consistentes e ocupar espaços de avaliação e decisão científica.

3.5. Entre a formação pós-graduada e a práxis profissional da pesquisa: uma distância ainda significativa

A quinta questão emerge justamente da relação entre formação e inserção. A expansão da pós-graduação e o crescimento da titulação precisam ser acompanhados pela formação de pessoas capazes de atuar profissionalmente no sistema de pesquisa. Realizar uma pesquisa, escrever uma dissertação ou uma tese e defender publicamente seus resultados são experiências centrais, mas a atividade profissional

inclui também elaborar e gerir projetos, disputar editais, trabalhar em equipes, formar novas pesquisadoras e novos pesquisadores, produzir de forma continuada, participar de redes, avaliar propostas e produções, organizar eventos, atuar em associações e comitês, internacionalizar atividades e comunicar resultados a diferentes públicos.

Os próprios critérios contemporâneos do CNPq tornam visível essa amplitude. Para as Bolsas de Produtividade em Pesquisa da área de Artes no período 2027-2029, a avaliação articula mérito do projeto, produção intelectual, formação de recursos humanos e inserção nacional e internacional. A Súmula Curricular[3] deve ainda demonstrar trajetória, colaboração com grupos e pesquisadores/as, inovação, circulação, impacto, formação de novos/as pesquisadores/as e reconhecimento no campo (CNPq, 2026a). Portanto, o exercício profissional da pesquisa exige competências e experiências que ultrapassam a realização de um trabalho acadêmico isolado.

Os dados analisados neste artigo não permitem afirmar que os currículos dos programas de pós-graduação em Música sejam inadequados ou que não ofereçam experiências dessa natureza. Para isso seria necessária uma investigação específica de seus projetos formativos, o que não é o foco deste trabalho. Todavia, a combinação entre crescimento da titulação e participação ainda modesta em diferentes espaços do sistema de CT&I constitui um indício, a ser investigado com maior profundidade, de que persiste uma distância entre formação pós-graduada e inserção profissional continuada. Em termos analíticos, há sinais de que a pós-graduação em Música tem sido mais eficaz na formação pela pesquisa do que na formação para a profissão de pesquisador/a.

Essa distinção é central para o argumento deste estudo. Formação pela pesquisa significa aprender a investigar por meio da experiência concreta de um projeto, de uma dissertação ou de uma tese. Formação para a profissão de pesquisador/a significa preparar a pessoa para viver a pesquisa como prática continuada de produção de conhecimento, colaboração, inserção institucional, engajamento e responsabilidade social, além do compromisso com a transformação do mundo para melhor e com a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas. Em síntese, é importante reafirmar que temos avançado de forma consistente na formação via pesquisa, mas ainda precisamos fortalecer a formação para a práxis profissional da pesquisa.

3.6. O que temos escolhido pesquisar? Temas, problemas e compromissos sociais da pesquisa em Música

A sexta constatação desloca o olhar para aquilo que temos escolhido pesquisar. Uma área não se define apenas pelo número de programas, pesquisadores/as ou produtos, mas também pelas perguntas que formula, pelos fenômenos que reconhece como relevantes e pelos problemas que decide enfrentar. A diversidade temática constitui uma das grandes potências da pesquisa em Música no Brasil. Teses e dissertações abordam criação, composição, performance, repertórios, trajetórias de artistas, processos históricos, acervos, tradições, educação, formação docente, práticas culturais, tecnologias, cognição, saúde e muitas outras dimensões do fenômeno musical.

[3] A Súmula Curricular é um resumo estruturado da trajetória acadêmica e científica do/a pesquisador/a, exigido em editais específicos do CNPq (como bolsas de produtividade em pesquisa) para destacar de forma qualitativa as principais realizações e o impacto da produção recente, em vez de apenas listar itens longos.

Reconhecer essa pluralidade permite perguntar, com maior precisão, quais questões da sociedade contemporânea vêm ganhando espaço como problemas explícitos de investigação. O levantamento documental realizado para este estudo identificou pesquisas relacionadas a relações raciais e racismo, feminismos e gênero, sexualidades e identidades LGBTQIAPN+, desigualdades e justiça social, deficiência e acessibilidade, povos indígenas e comunidades tradicionais, colonialidade e decolonialidade. A análise dos anos mais recentes indica uma ampliação desse conjunto, embora a presença seja desigual entre temas, subáreas e instituições.

Os trabalhos localizados mostram que essas agendas aparecem com maior frequência em Educação Musical e Etnomusicologia, mas já se fazem presentes também em Musicologia, Performance e outros campos de produção de conhecimento em Música. Há pesquisas que incorporam raça, gênero, colonialidade, identidade e relações sociais como dimensões centrais ou associadas aos problemas estudados. Esse movimento é importante porque a dimensão social é parte intrínseca da música. Repertórios, performances, instituições, processos formativos, práticas composicionais e modos de escuta são constituídos historicamente em relações culturais e políticas e podem ser investigados a partir de múltiplas perspectivas.

A classificação temática exige, entretanto, rigor. A presença de um repertório afro-brasileiro, de uma mulher compositora ou de uma prática musical indígena no título de uma pesquisa não significa, por si só, que o trabalho problematize racismo, gênero ou colonialidade. Por essa razão, o levantamento distingue temas centrais, associados e contextuais e procura utilizar título, resumo, palavras-chave e linha de pesquisa sempre que esses dados estão disponíveis. Essa opção reduz falsos positivos e permite avaliar com maior precisão a centralidade das agendas.

Mesmo com essas cautelas, a base disponível permite apresentar uma ordem de grandeza aproximada. No conjunto documental sistematizado para este estudo, foram identificadas 346 teses e dissertações defendidas entre 2020 e 2023 e localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A triagem por títulos, após a retirada de duplicidades e de um falso positivo evidente, localizou 22 trabalhos potencialmente vinculados às agendas sociais aqui consideradas, o equivalente a cerca de 6,4% desse corpus. Para o período de 2024 a julho de 2026, a busca foi complementada com registros da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e da Plataforma Sucupira/CAPES. Esse complemento localizou novos trabalhos com características semelhantes, mas não oferece cobertura suficientemente homogênea para estabelecer um denominador nacional comparável. Por essa razão, a faixa aproximada de 6% a 7% deve ser compreendida como um indicador do conjunto documental disponível, e não como medida censitária da produção brasileira. Ainda assim, ela contribui para dimensionar a baixa presença relativa dessas agendas no corpus analisado, enquanto os registros mais recentes sugerem tendência de ampliação.

O quadro preliminar também revela temas com presença muito reduzida. Meio ambiente, crise climática, sustentabilidade e relações entre música e problemas ecológicos aparecem de forma rarefeita no *corpus* recente, apesar de sua crescente centralidade nas políticas científicas e no debate público. O dado não autoriza afirmar que pesquisas dedicadas a outros fenômenos sejam socialmente irrelevantes. Uma investigação sobre análise, técnica instrumental, composição ou documentação histórica pode produzir

contribuições relevantes sem incorporar diretamente essas agendas. A questão é outra: em que medida problemas importantes do mundo contemporâneo são reconhecidos também como problemas legítimos da pesquisa em Música?

Essa pergunta não diz respeito somente às escolhas individuais de pós-graduandos/as e orientadores/as. Temas de pesquisa são influenciados por linhas, projetos, especialidades do corpo docente, referenciais legitimados, tradições institucionais e culturas epistemológicas. Assim, a maior ou menor presença de determinados problemas pode revelar limites e possibilidades do campo científico que construímos. Perguntar o que pesquisamos significa também perguntar que mundo aparece em nossas pesquisas e que dimensões desse mundo permanecem pouco visíveis.

Os seis pontos discutidos nesta seção não são problemas independentes. A expansão desigual da pós-graduação, a cultura ainda limitada de pesquisa na graduação, a tendência à reprodução de conhecimentos, a inserção modesta em espaços de CT&I, a distância entre titulação e atuação continuada e os limites de determinadas agendas convergem para uma questão central: o que significa formar e constituir profissionalmente um/a pesquisador/a em Música no cenário contemporâneo?

4. Profissionalidade na pesquisa em Música: seis dimensões fundamentais

A resposta à questão posta anteriormente exige ampliar a compreensão acerca da formação científica e de sua inserção nas esferas profissionais de produção de conhecimento. A consolidação da pesquisa em Música não depende somente do número de programas, títulos ou produtos. Ela requer pesquisadores/as capazes de atuar de forma continuada, produzindo e compartilhando conhecimentos, participando de redes, construindo trajetórias e respondendo criticamente às transformações epistemológicas, tecnológicas, políticas e sociais da ciência contemporânea.

Neste artigo, profissionalidade é compreendida como o conjunto dinâmico de saberes, capacidades, disposições, valores, modos de atuação e formas de reconhecimento que permitem a uma pessoa exercer uma atividade de maneira profissional em determinado campo. O conceito desloca a atenção do título ou da posição formal para aquilo que se constrói na ação, nas relações com pares, nas normas compartilhadas e no reconhecimento social. Bourdoncle (1991) situa a profissionalização na articulação entre conhecimentos, competências, normas e identidades de uma profissão, enquanto Wittorski (2008) enfatiza que a profissionalidade se desenvolve na atividade e se consolida também pelo reconhecimento atribuído pelo próprio sujeito e por seu ambiente profissional. Embora sejam duas referências relativamente antigas para uma cena tão dinâmica como a analisada neste texto, entendo que essas definições permanecem bastante atuais e representativas dos modos como a profissionalidade se materializa no cenário contemporâneo da ciência, tecnologia e inovação. Aplicada à pesquisa, essa compreensão permite pensar a constituição do/a pesquisador/a como processo que combina formação, prática continuada, pertencimento, produção, inserção, reconhecimento e capacidade de renovação.

Nesse sentido, é necessário distinguir titulação acadêmica de profissionalidade na pesquisa. A obtenção dos títulos de mestre/a e doutor/a constitui um marco importante, mas não representa, por si só, uma atuação profissional consolidada. A literatura dedicada à formação e atuação de pesquisadoras e pesquisadores tem enfatizado o caráter multidimensional desse processo. O *Researcher Development*

Framework, desenvolvido no Reino Unido pela Vitae, por exemplo, relaciona conhecimentos, capacidades intelectuais, atributos pessoais, organização da pesquisa, engajamento, influência e impacto, indicando que uma carreira científica ultrapassa o domínio de procedimentos metodológicos específicos (Bray; Boon, 2011).

Estudos mais recentes sobre identidade de pesquisador/a chegam à conclusão semelhante. Tornar-se pesquisador/a envolve pertencimento, reconhecimento, relações com comunidades científicas, produção e circulação de conhecimentos e capacidade progressiva de assumir responsabilidades no campo (Castelló et al., 2021). Essa visão encontra correspondência nos documentos contemporâneos da CAPES e do CNPq já mobilizados neste estudo, especialmente no Documento da Área de Artes da CAPES 2025-2028, no PNPG 2025-2029 e nos critérios recentes das Bolsas de Produtividade em Pesquisa em Artes do CNPq, que articulam formação, produção, inserção, redes, impacto, inovação, planejamento e trajetória (CAPES, 2025; 2026a; CNPq, 2026a). Não se trata de transformar critérios institucionais em uma definição universal da profissão, mas de reconhecer que eles materializam expectativas concretas sobre a atuação profissional na pesquisa.

A partir desse diálogo, proponho compreender a profissionalidade na pesquisa em Música como uma construção edificada por seis dimensões interdependentes: 1) formação, 2) atuação, 3) produção, 4) inserção, 5) trajetória e 6) atualização/inovação. A proposição funciona como uma arquitetura analítica, não como uma sequência rígida. As dimensões se relacionam, assumem configurações distintas nas diferentes subáreas e ajudam a observar como uma pessoa desenvolve condições para fazer da pesquisa uma prática continuada, socialmente situada e profissionalmente consistente.

4.1. Formação

Essa primeira dimensão compreende a formação acadêmica formal, especialmente a realizada no mestrado e no doutorado, mas não se limita a ela. Formar para a pesquisa pressupõe desenvolver conhecimentos teóricos, epistemológicos, metodológicos, técnicos, éticos e humanos que permitam formular problemas, delimitar fenômenos a serem estudados, selecionar e questionar referenciais, produzir e interpretar dados e informações, elaborar argumentos e comunicar resultados de forma consistente.

A profissionalidade exige ainda conhecimentos sobre as condições institucionais da atividade científica. Elaboração e gestão de projetos, participação em editais, ética e integridade, avaliação por pares, ciência aberta, circulação de resultados, orientação, gestão científica, internacionalização e comunicação com diferentes públicos precisam fazer parte, em graus distintos, das experiências formativas. O Documento da Área de Artes reforça essa ampliação ao relacionar a qualidade da formação à missão, aos objetivos, ao planejamento, ao perfil de egressos e aos compromissos acadêmicos e profissionais dos programas (CAPES, 2025).

Na Música, essa ampliação é particularmente importante porque a formação superior foi historicamente marcada pela centralidade da prática artística, do domínio técnico e da reprodução de repertórios, como mencionado anteriormente (Queiroz, 2023b). Esses elementos são constitutivos da formação musical e não devem ser diminuídos. A limitação ocorre quando não se desenvolve, com intensidade equivalente, a capacidade de formular problemas, produzir conhecimento original e

compreender a própria prática artística como espaço de investigação. A formação para a pesquisa precisa integrar prática musical, reflexão crítica, produção de conhecimento e compreensão do sistema científico.

Por isso, a distinção entre formação pela pesquisa e formação para a profissão de pesquisador/a ganha relevância. A primeira ocorre quando a pessoa aprende investigando, geralmente por meio da dissertação, da tese ou de projetos acadêmicos. A segunda cria condições para compreender a pesquisa como atividade continuada, coletiva e institucionalmente situada. Concluir uma pesquisa é parte da formação; construir condições para continuar pesquisando é uma tarefa mais ampla.

4.2. Atuação

Nessa segunda dimensão, a profissionalidade começa a se consolidar quando a pesquisa deixa de ser uma experiência episódica e passa a integrar de modo sistemático a vida profissional. Essa atuação pode se materializar no desenvolvimento e coordenação de projetos, participação em grupos e redes de pesquisa, orientação, formação de novos/as pesquisadores/as, atuação em bancas, comitês, associações científicas, avaliação de projetos, organização de eventos, gestão de periódicos, colaboração interinstitucional e participação em políticas de ciência, tecnologia e inovação.

A ciência contemporânea valoriza crescentemente a colaboração. A UNESCO associa ciência aberta a práticas colaborativas e ao diálogo entre diferentes atores e sistemas de conhecimento (UNESCO, 2021). Nos critérios da Bolsa de Produtividade da área de Artes, o CNPq exige vínculo a grupos ou redes e valoriza parceria, nucleação e liderança científica (CNPq, 2026a). Isso não elimina a pesquisa individual, mas evidencia que muitos problemas exigem continuidade, diversidade de expertise e capacidade de trabalho coletivo.

Para a Música, essa dimensão implica superar uma concepção de pesquisa excessivamente centrada no percurso individual da dissertação ou da tese. A consolidação de núcleos, laboratórios, grupos e projetos interinstitucionais pode ampliar a abrangência territorial das investigações, aproximar diferentes subáreas e fortalecer a presença da área nos programas e políticas de CT&I. Os dados de fomento analisados anteriormente sugerem que ampliar a atuação coletiva e institucional é parte importante do processo de consolidação. Saber pesquisar significa também saber pesquisar coletivamente, com outras pessoas, grupos e instituições.

4.3. Produção

A terceira dimensão se concretiza socialmente quando processos e resultados são explicitados, compartilhados, examinados e apropriados por outras pessoas e comunidades. Na Música, essa produção assume formas variadas: artigos, livros, capítulos, bases de dados, relatórios, materiais didáticos, softwares, produtos tecnológicos e técnicos, partituras, composições, arranjos, gravações, registros audiovisuais, concertos, recitais, performances e outros processos e resultados artísticos derivados da investigação.

Essa pluralidade exige uma concepção de avaliação capaz de reconhecer as especificidades das Artes. A produção bibliográfica tem peso crucial para a circulação e o debate científico, mas não constitui a única forma legítima de materialização do conhecimento. Os critérios recentes do CNPq para Artes reconhecem produtos bibliográficos e artísticos e os relacionam à qualidade, à aderência, à circulação,

ao impacto e à contribuição para a formação (CNPq, 2026a). O desafio é avaliar se diferentes produtos resultam efetivamente de pesquisa e qual é sua contribuição para o campo.

Ao mesmo tempo, valorizar produção não significa aderir ao produtivismo. Produzir é condição da pesquisa; produtivismo é sua possível deformação. Movimentos internacionais de reforma da avaliação, como a *San Francisco Declaration on Research Assessment* (DORA) e a *Coalition for Advancing Research Assessment* (CoARA), defendem que a qualidade e o conteúdo das contribuições tenham prioridade sobre métricas simplificadoras e que a avaliação reconheça a diversidade de produtos, práticas e atividades científicas (DORA, 2012; CoARA, 2022). Para a Música, esse debate é estratégico, pois permite afirmar simultaneamente a importância de produzir, a diversidade dos resultados e a necessidade de critérios qualitativos.

4.4. Inserção

A quarta dimensão está vinculada à perspectiva de que uma pesquisadora ou um pesquisador não se constitui profissionalmente de forma isolada. Sua atuação ganha sentido no modo como participa de comunidades científicas, culturais e sociais e estabelece interlocuções capazes de produzir reconhecimento, circulação, colaboração e impacto. A inserção pode ocorrer no interior da Música, em associações, periódicos, grupos, eventos e programas, mas também em diálogo com escolas, instituições culturais, comunidades, movimentos sociais, órgãos públicos, setores produtivos e outras áreas do conhecimento.

Inserção não é sinônimo de visibilidade. Trata-se de participar efetivamente dos espaços em que conhecimentos são produzidos, avaliados, compartilhados e mobilizados. O CNPq destina 20% da avaliação da Bolsa de Produtividade em Artes à inserção nacional e internacional, enquanto a CAPES enfatiza o impacto social, cultural, artístico, educacional, tecnológico e profissional dos programas (CNPq, 2026a; CAPES, 2025). A internacionalização, nesse contexto, precisa ter direção e coerência com a missão dos programas e não se reduzir a ações pontuais.

Na Música, a inserção precisa ser pensada também diante da presença ainda limitada da área nos espaços mais amplos de formulação, avaliação e financiamento da ciência brasileira. Ampliar essa presença significa formar pessoas capazes de disputar editais, integrar redes, participar de comitês e associações e contribuir para políticas de CT&I. Significa também qualificar a interlocução com a sociedade, mostrando que o conhecimento musical pode produzir repercussões relevantes em diferentes escalas, do contexto local às redes internacionais.

4.5. Trajetória

A quinta dimensão aponta para o fato de que formação, atuação, produção e inserção, quando tomadas apenas como acontecimentos isolados, dizem pouco sobre a constituição profissional de um/a pesquisador/a. A profissionalidade também depende de continuidade ao longo do tempo. Uma pessoa não se constitui na pesquisa por um produto isolado, um projeto específico ou um momento de alta produtividade; constitui-se por uma trajetória.

Trajetória significa construção histórica sustentável e não linearidade. Mudanças de tema, deslocamentos teóricos, novas parcerias e redefinições metodológicas fazem parte do desenvolvimento científico. O que importa é a capacidade de construir continuidade no compromisso com a pesquisa, aprofundar problemas, formar outras pessoas, ampliar redes e contribuir progressivamente para o campo. A introdução da Súmula Curricular nos critérios recentes do CNPq é significativa porque desloca parte da avaliação para a leitura da trajetória ampla, dos produtos mais representativos, da colaboração, do impacto e do reconhecimento (CNPq, 2026a).

Essa dimensão é especialmente sensível na Música diante da expansão relativamente recente dos doutorados. O crescimento da titulação precisa ser acompanhado por trajetórias capazes de sustentar grupos, formar novas gerações, fortalecer programas em consolidação e descentralizar a pesquisa para regiões ainda pouco atendidas. Por isso, o acompanhamento de egressos deve ir além da empregabilidade genérica e perguntar quantas pessoas tituladas permanecem efetivamente envolvidas com pesquisa, em que contextos atuam e que tipos de contribuição passam a produzir.

4.6. Atualização e inovação

A sexta dimensão, como todas as demais, é vital para a atuação do/a pesquisador/a, pois considera que a profissionalidade científica não é alcançada de uma vez por todas. Problemas, tecnologias, referenciais e formas de organização da pesquisa mudam continuamente. Ser pesquisador/a exige disposição para revisar conhecimentos, incorporar novos procedimentos e reconhecer quando novas realidades demandam novas perguntas.

Inovação precisa ser compreendida de maneira ampla. Na Música, pode envolver novos campos conceituais, metodologias de ensino, processos de criação e performance, tecnologias de registro e análise, acervos, *softwares*, políticas públicas, estratégias de salvaguarda e outras bases epistemológicas e metodológicas. Essa compreensão evita reduzir inovação à tecnologia material e reconhece que mudanças artísticas, pedagógicas, sociais e conceituais também podem resultar de processos rigorosos de pesquisa.

A atualização contemporânea inclui ainda problemas que incidem diretamente sobre a criação, o ensino, a circulação e a investigação musical. Inteligência artificial, plataformas digitais, transformações nos modos de produção e consumo da música, raça, gênero, acessibilidade, desigualdade e emergência climática exigem respostas éticas e metodológicas. O próprio CNPq já incorpora a integridade e a declaração do uso de inteligência artificial generativa em seus critérios recentes, evidenciando a rapidez com que novas questões passam a integrar a prática profissional da pesquisa (CNPq, 2026a).

Atualizar-se, portanto, não significa simplesmente aprender uma nova ferramenta. Significa compreender criticamente o que muda na pesquisa quando mudam suas tecnologias, seus sujeitos, seus problemas e seus contextos. O/a pesquisador/a precisa conhecer o sistema, atuar nele e, ao mesmo tempo, participar de sua transformação.

4.7. As seis dimensões como processo integrado

As seis dimensões são analiticamente distinguíveis, mas profissionalmente interdependentes. A formação cria condições para a atuação; a atuação produz experiências e conhecimentos; a produção

favorece a inserção; a inserção amplia e qualifica a trajetória; a trajetória exige atualização e inovação permanentes; e essas mudanças geram novas necessidades formativas. Trata-se de uma relação circular, e não de uma sequência a ser seguida linearmente. A Fig. 10 sintetiza essa arquitetura analítica e explicita seu caráter integrado.



Figura 10. Seis dimensões fundamentais da profissionalidade na pesquisa em Música.
Fonte: elaboração do autor.

Para a Música, pensar profissionalidade significa articular duas exigências que nem sempre caminharam juntas em sua história acadêmica: aprofundar as especificidades dos conhecimentos e práticas musicais e ampliar a capacidade de inseri-los criticamente nos problemas, instituições e dinâmicas contemporâneas da ciência e da sociedade. Essa perspectiva desloca a questão de quantos mestres/as e doutores/as titulamos para outra pergunta: que condições estamos criando para que essas pessoas construam trajetórias de pesquisa?

A resposta remete novamente ao plano coletivo. A profissionalidade depende de formação e iniciativa individual, mas também de programas, grupos, políticas, financiamento, associações e oportunidades institucionais. É justamente nesse ponto que a autoavaliação precisa se converter em ação.

5. Da autoavaliação à ação: perspectivas para fortalecer a pesquisa e a pós-graduação em Música no Brasil

Os desafios identificados neste estudo não são inteiramente novos. Diferentes análises da pesquisa em Música no Brasil vêm destacando, há décadas, a necessidade de ampliar a formação de pesquisadores/as, fortalecer a pós-graduação, consolidar a pesquisa na graduação, qualificar a produção e a circulação do conhecimento, ampliar a participação da área nas políticas científicas e estabelecer maior diálogo com questões relevantes da sociedade. A própria história dos congressos da ANPPOM revela a recorrência de temas como estado da pesquisa, políticas de ciência e tecnologia, produção científica e artística, interação com a sociedade e perspectivas para o desenvolvimento da área.

A permanência dessas questões não significa que o cenário tenha ficado estático. O fato é que a expansão da pós-graduação, o crescimento da produção, a diversificação das subáreas, as novas tecnologias e as mudanças nas políticas de avaliação criaram uma área muito mais diversificada e complexa. Por isso, antigas constatações e recomendações precisam ser reformuladas em outro patamar. Se em momentos anteriores era necessário afirmar que a Música podia produzir ciência, tecnologia e inovação, hoje a questão mais relevante é compreender que ciência, que inovação e que conhecimento musical queremos e precisamos produzir, para responder a quais problemas e contribuir para qual sociedade.

A partir do diagnóstico realizado e das seis dimensões da profissionalidade apresentadas, proponho oito perspectivas articuladas para fortalecer a pesquisa e a pós-graduação em Música. Não se trata de uma proposição linear e acabada, nem de perspectivas que devam ser aplicadas da mesma forma em diferentes contextos de produção de conhecimento e formação de pesquisadores/as. Funcionam como eixos para transformar autoavaliação em planejamento e ação, de acordo com as nuances que caracterizam a área de Música, a partir das abordagens propostas neste texto.

5.1. Criar e consolidar uma cultura coletiva de pesquisa

A primeira perspectiva consiste em fortalecer as bases e práxis existentes e investir efetivamente na criação e consolidação de uma cultura coletiva de pesquisa. Mudanças estruturais dificilmente serão produzidas por iniciativas individuais isoladas. A consolidação da área depende da capacidade de construir redes, projetos comuns, grupos de pesquisa, associações, estratégias de formação e mecanismos permanentes de cooperação entre pesquisadores/as, programas e instituições. Há diversas iniciativas de fomento no cenário nacional que favorecem colaborações interinstitucionais e a criação de redes, agregando docentes e discentes de diferentes níveis da educação superior, da graduação à pós-graduação, e articulando a pesquisa a outras dimensões fundamentais da formação, como ensino e extensão.

Essa dimensão coletiva é especialmente importante diante da presença ainda pequena da Música em determinados espaços de fomento e política científica. Melhorar currículos individuais e projetos é necessário, mas não suficiente. É preciso estimular submissões a chamadas, compartilhar experiências de elaboração e gestão, formar novas lideranças, incrementar a participação das pessoas nas associações e coletivos da área, participar de comitês e criar iniciativas e projetos capazes de reunir instituições, regiões e subáreas. Estudos interlocais, interinstitucionais e colaborativos podem ampliar a escala das pesquisas sem substituir investigações individuais de menor abrangência.

A área já possui uma infraestrutura associativa importante, constituída por entidades, periódicos, congressos e grupos que contribuíram decisivamente para sua institucionalização. O passo seguinte é potencializar essa estrutura para produzir ações coordenadas de formação, defesa de políticas, intercâmbio e construção de agendas comuns. A força coletiva precisa ser percebida como parte da profissionalidade da pesquisa e não apenas como organização administrativa da comunidade.

5.2. Inserir a pesquisa como eixo transversal da formação desde a graduação

A segunda perspectiva é inserir progressivamente a pesquisa como eixo transversal da formação musical desde a graduação. A aproximação entre graduação e pós-graduação, defendida em reflexões anteriores, continua fundamental, mas a conjuntura atual exige ir além. Não basta oferecer iniciação científica a uma parcela dos estudantes ou concentrar a pesquisa em componentes de metodologia de pesquisa e trabalhos de conclusão. É necessário construir uma cultura em que investigar possa fazer parte de diferentes experiências curriculares.

Conceber a graduação como espaço fundamental para a formação em pesquisa é um dos desafios mais importantes da área e uma condição vital para a construção de uma cultura de pesquisa. Sem transversalizar a produção de conhecimento científico como um dos pilares das práxis artístico-musicais, dificilmente alcançaremos a consolidação da pesquisa como cultura da área de Música. Essa conquista favorece os dois universos: a pós-graduação e a pesquisa têm suas bases fortalecidas, enquanto a graduação passa a encontrar na investigação um caminho relevante para seus processos formativos, para a autonomia intelectual e para a produção de inovação. Essa perspectiva me levou, em trabalho dedicado a currículos criativos e inovadores na educação superior em Música, a conceber a pesquisa como uma das diretrizes fundamentais para repensar currículos e práxis pedagógicas nos cursos de licenciatura e bacharelado (Queiroz, 2023b).

Nesse sentido, por exemplo, uma aula de instrumento pode envolver o estudo sistemático de práticas de performance em diversas dimensões; um componente curricular mais focado em harmonia pode comparar sistemas e contextos históricos a partir de processos investigativos devidamente planejados; atividades de criação podem documentar e analisar processos composicionais a partir da imersão em pesquisas nesse universo; práticas de conjunto podem investigar colaboração e organização musical a partir de estudos já consolidados; componentes pedagógicos podem articular intervenção, observação e produção de conhecimento nos diversos contextos educativos da música. O objetivo não é subordinar o fazer musical à pesquisa, mas naturalizar a práxis investigativa como processo complexo que envolve conhecer saberes e caminhos existentes e, simultaneamente, gerar novas perguntas e novos conhecimentos. Cria-se, assim, uma forma crítica e ativa de lidar com o conhecimento musical, aprofundando universos já estudados e sistematizados e abrindo possibilidades para a produção de novos saberes desde a base do processo formativo na educação superior.

Essa mudança depende de formação docente, condições institucionais, grupos de pesquisa ativos e currículos capazes de reconhecer a investigação como parte da formação. Quanto mais cedo estudantes compreenderem que podem produzir conhecimento e não apenas receber conteúdos, maior será a possibilidade de construir trajetórias posteriores de pesquisa com autonomia e criatividade.

5.3. Expandir e descentralizar a pós-graduação em Música

A terceira perspectiva diz respeito à expansão e à descentralização da pós-graduação em Música, considerando a amplitude e a diversidade que marcam a realidade da área no Brasil. Os dados atuais mostram crescimento, mas também fortes assimetrias regionais, sobretudo na oferta de doutorados e na presença de programas em estratos superiores da avaliação nacional conduzida pela CAPES. Reduzir essas desigualdades é uma questão de acesso à formação, mas também de diversidade epistemológica e cultural, pois a concentração institucional influencia temas, repertórios, sujeitos e práticas que ganham visibilidade na pesquisa.

A expansão, entretanto, precisa estar articulada à qualidade. O Documento da Área de Artes na CAPES afirma que o crescimento quantitativo não pode comprometer o desenvolvimento qualitativo e que programas precisam explicitar missão, objetivos, metas e compromissos acadêmicos e profissionais (CAPES, 2025). Descentralizar significa, portanto, criar condições para grupos de pesquisa, formação de quadros, infraestrutura, redes de cooperação e estabilidade institucional capazes de sustentar novos cursos.

Políticas de solidariedade entre programas, projetos em rede e ações inter-regionais podem exercer papel importante nesse processo. A abertura de cursos em regiões menos atendidas não deve produzir isolamento, mas novas conexões que ampliem a circulação de pessoas, pesquisas e conhecimentos. A redução de assimetrias precisa ser compreendida como estratégia de fortalecimento do conjunto da área.

5.4. Formar para a profissionalidade na pesquisa

A quarta perspectiva é reconceber o mestrado e, sobretudo, o doutorado como espaços de formação para a profissionalidade na pesquisa. A dissertação e a tese continuam sendo produções centrais, mas não podem representar o único horizonte da experiência formativa. Se a atividade profissional envolve formação, atuação, produção, inserção, trajetória e atualização, os programas precisam criar oportunidades que dialoguem com essas dimensões.

Participação em projetos coletivos, elaboração de propostas, integração a redes, avaliação de trabalhos, produção e circulação de resultados, organização de eventos, orientação supervisionada, ciência aberta, ética, gestão e contato com instâncias de fomento são exemplos de experiências que podem ampliar a formação. Isso não significa transformar a pós-graduação em treinamento burocrático para editais. Significa permitir que a pessoa conheça as condições reais em que a pesquisa é produzida, financiada, avaliada e compartilhada.

Para a Música, essa formação precisa ser construída sem reproduzir passivamente critérios e cânones hegemônicos. A área precisa formar pessoas capazes de atuar no sistema científico e, simultaneamente, questionar seus limites, desenvolver metodologias adequadas aos fenômenos musicais e reconhecer diferentes epistemologias. A maturidade profissional reside nessa dupla capacidade: participar mais substantivamente do sistema e contribuir criticamente para sua transformação.

5.5. Articular especificidades das subáreas e eixos transversais

A quinta perspectiva busca articular as identidades acadêmicas consolidadas na Música com eixos transversais capazes de responder à complexidade dos fenômenos contemporâneos. Educação

Musical, Etnomusicologia, Musicologia, Performance, Composição, Sonologia, Cognição, Musicoterapia e outros campos não precisam ser concebidos como disciplinas isoladas que estudam partes estanques da Música. Podem ser compreendidos como campos estratégicos de identidade acadêmica, formados por histórias, problemas, metodologias e comunidades próprias, mas em permanente diálogo com outras perspectivas e com a totalidade dos fenômenos musicais.

Ao lado dessas identidades, ganha força o que podemos chamar de meta-áreas: perspectivas de estudo que não se restringem a uma disciplina e podem operar transversalmente sobre diferentes fenômenos e campos, como estudos culturais, abordagens feministas, estudos decoloniais, estudos étnico-raciais, estudos sobre deficiência, sustentabilidade e outras agendas contemporâneas. Essas perspectivas não substituem as subáreas, mas ampliam suas possibilidades de problematização e de interpretação. O desafio é preservar as singularidades consolidadas da pesquisa em Música e, simultaneamente, favorecer encontros capazes de produzir novos fenômenos a serem investigados, metodologias de pesquisa inovadoras e novos conhecimentos e saberes resultantes desse processo.

Essa integração pode contribuir também para superar separações artificiais entre produção artística e científica. Performance e composição, por exemplo, podem constituir tanto fenômenos quanto procedimentos e produtos de investigação. A questão é explicitar problemas, processos, conhecimentos e contribuições de forma que possam ser compartilhados, examinados e reconhecidos pela comunidade, e não enquadrar todas as práticas num mesmo modelo.

5.6. Ampliar a inserção da Música no sistema de CT&I

A presença mais substantiva da Música no sistema de ciência, tecnologia e inovação constitui outra necessidade premente para a área. Os dados de fomento mostram espaço significativo para crescimento. Isso exige ampliar a participação em editais, bolsas, projetos, comitês e redes e, paralelamente, fortalecer a presença da área nos debates sobre políticas científicas e critérios de avaliação. Essa ampliação deve alcançar também a Finep. Como o acesso a parte expressiva de suas linhas ocorre por projetos institucionais de infraestrutura, a Música precisa participar mais ativamente do planejamento de suas universidades e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), articulando laboratórios e estruturas de pesquisa que atendam às demandas da área e, quando pertinente, projetos interdisciplinares de maior escala.

Essa participação precisa ser acompanhada de uma disputa conceitual sobre o próprio sentido de inovação. Na Música, inovação pode ocorrer na criação de campos conceituais, metodologias de ensino, novas estratégias de performance e composição, tecnologias de criação e análise, acervos, processos de salvaguarda, produtos artísticos e formulação de políticas públicas. Reconhecer essa amplitude não significa flexibilizar o rigor científico necessário para a ciência, mas explicitar como diferentes resultados podem decorrer de pesquisa sistemática e produzir conhecimento novo.

Nossa estratégia deve focar a construção de uma presença qualificada da Música no sistema científico, sem adaptá-la a uma imagem estreita de ciência. Isso inclui compreender suas regras, formular projetos sólidos, demonstrar relevância e impacto e, ao mesmo tempo, contribuir para ampliar o reconhecimento da diversidade de práticas científicas e artísticas.

5.7. Ampliar as agendas de pesquisa e o compromisso social

A sétima perspectiva consiste em ampliar a diversidade das agendas de pesquisa e fortalecer o compromisso social da produção de conhecimento. O levantamento de teses e dissertações mostra crescimento de estudos sobre raça, gênero, sexualidades, colonialidade, inclusão, acessibilidade e justiça social, mas também revela distribuição desigual e presença reduzida de alguns temas. Essa constatação deve estimular reflexão e não prescrição.

Certamente, nem toda pesquisa em Música precisa abordar diretamente racismo, gênero, sustentabilidade ou desigualdade. Trata-se de ampliar a capacidade da área de reconhecer problemas importantes do mundo contemporâneo e compreender quando eles exigem novos problemas sobre fenômenos de estudo já consolidados. Também significa revisar quem é reconhecido como sujeito de conhecimento, que repertórios ocupam o centro da formação, que práticas recebem legitimidade acadêmica e que referenciais orientam nossas interpretações.

A Música possui potência singular para produzir conhecimentos sobre formas de viver, criar, ensinar, lembrar, celebrar, resistir e organizar relações sociais. Pesquisas comprometidas com a qualidade científica podem contribuir para conhecer a música e, por meio dela, compreender dimensões importantes da sociedade. Esse compromisso precisa dialogar com diversidade, ética e justiça sem transformar a pesquisa em mera confirmação de posições previamente definidas.

5.8. Consolidar autoavaliação e planejamento estratégico

Em diálogo com um dos eixos fundamentais da pós-graduação contemporânea, a oitava perspectiva propõe fortalecer processos permanentes de autoavaliação e planejamento estratégico no coletivo da área. A autoavaliação precisa tornar-se uma cultura para a Música, ultrapassando os momentos em que os programas preenchem relatórios ou respondem a avaliações externas. Como prática contínua de produção de conhecimento sobre a própria área, ela pode ampliar nossa compreensão das potencialidades, lacunas, assimetrias e desafios e oferecer bases mais consistentes para decisões coletivas.

Para a Música, isso significa transformar dados em instrumentos de decisão. Quantos egressos dos nossos programas de pós-graduação permanecem na pesquisa? Onde estão? Que tipos de produção realizam? Que redes são construídas? Que temas crescem ou perdem espaço? Que regiões permanecem pouco atendidas? Que públicos são alcançados? Que impactos são produzidos? Perguntas dessa natureza podem orientar políticas mais prospectivas e menos reativas.

A autoavaliação precisa, sob essas perspectivas, ultrapassar o nível de cada programa. Associações, fóruns, comitês, grupos e comunidades de pesquisa podem produzir levantamentos periódicos sobre formação, fomento, produção, diversidade, internacionalização e inserção. Uma área capaz de conhecer a si mesma ganha melhores condições para formular políticas, defender recursos e planejar seu desenvolvimento.

Só a partir daí poderemos construir um planejamento estratégico efetivo para o fortalecimento e a consolidação da área. Um planejamento capaz de ser, ao mesmo tempo, perene e metamorfótico: perene porque estabelece objetivos, ações, responsabilidades e horizontes de continuidade; metamorfótico porque acompanha a dinâmica do mundo e do próprio campo, sendo periodicamente revisto pela autoavaliação.

Que temas e questões devem mobilizar nossos coletivos? Como ampliar o investimento em infraestrutura de pesquisa em Música? Que parcerias e colaborações estratégicas precisamos construir? Que pessoas e grupos precisam ser agregados aos debates e às políticas de formação? Essas são algumas das questões que podem orientar uma área que se planeja e assume coletivamente a responsabilidade por seu fortalecimento.

5.9. Conectando travessias

As oito perspectivas convergem para uma ideia central: mudanças estruturais na pesquisa e na pós-graduação em Música não serão produzidas apenas por esforços individuais. A área construiu nas últimas décadas programas, associações, periódicos, eventos, grupos e redes de pesquisa e um contingente crescente de mestres/as e doutores/as. Essas conquistas criaram condições para uma nova etapa, em que já não se trata apenas de criar e legitimar uma área de pesquisa, mas de decidir quais modos/processos/cenários de formação, produção, inserção, atuação, engajamento e compromisso social queremos consolidar.

Se em momentos anteriores foi necessário responder afirmativamente à pergunta sobre a possibilidade de produzir ciência, tecnologia e inovação em Música, hoje é preciso avançar. Que ciência queremos produzir? Que conhecimentos musicais precisamos construir? Que problemas merecem nossa atenção? Que formas de inovação fazem sentido para as singularidades da área? A mudança das perguntas indica que a Música não precisa apenas justificar sua presença no campo científico. Precisa qualificar e ampliar sua contribuição para ele.

Diante do campo que construímos e do sistema científico em que estamos inseridos, a questão é, portanto, que pesquisa e que pós-graduação em Música queremos e, mais que isso, precisamos construir agora. A resposta depende de contextos e escolhas coletivas, mas o diagnóstico apresentado sugere que qualidade, profissionalidade, colaboração, diversidade, inserção, redução de assimetrias e planejamento precisam ocupar lugar central nesse processo.

Considerações finais

A pesquisa e a pós-graduação em Música no Brasil alcançaram, nas últimas décadas, um patamar de consolidação bastante positivo que não pode ser desconsiderado. A ampliação dos programas *stricto sensu*, o crescimento da produção científica, a diversificação de subáreas, temas e metodologias, a formação de novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores e o fortalecimento de associações, periódicos, eventos e redes constituem conquistas expressivas. Esse percurso demonstra que a Música construiu condições efetivas para se afirmar como campo de produção de conhecimento no país, ainda que sua institucionalização seja relativamente recente quando comparada à de outras áreas (Queiroz, 2023a).

O avanço alcançado, todavia, torna possível e necessária uma autoavaliação mais exigente, realizada de forma contínua e periódica. Os dados e documentos analisados mostram que a expansão convive com assimetrias regionais, com uma cultura de pesquisa ainda pouco consolidada na graduação, com participação limitada em parte dos espaços de fomento e política científica, com distâncias entre formação pós-graduada e atuação continuada e com agendas que incorporam de maneira desigual

questões centrais da contemporaneidade. Reconhecer esses limites não reduz a importância das conquistas. Permite compreender onde novos investimentos e ações podem produzir efeitos mais relevantes.

A autoavaliação proposta neste trabalho deve, portanto, ser entendida como expressão de maturidade científica. Áreas consolidadas não são aquelas que deixam de reconhecer seus problemas, mas aquelas que desenvolvem capacidade de examiná-los criticamente, produzir evidências sobre suas condições de existência e transformar esse conhecimento em planejamento. Essa concepção converge com a orientação contemporânea da CAPES, que atribui centralidade crescente à autoavaliação, ao planejamento, à formação, à produção, ao impacto, à diversidade e à redução de assimetrias (CAPES, 2025; 2026a).

Para a Música, responder a esse cenário não significa abandonar suas especificidades ou adaptar-se de forma passiva aos modelos hegemônicos de ciência. Significa fortalecer a capacidade de produzir conhecimento a partir das singularidades dos fenômenos musicais e, simultaneamente, ampliar o diálogo com problemas, instituições e responsabilidades da ciência contemporânea. Isso inclui reconhecer que inovação pode ocorrer em novos conceitos, metodologias, processos de criação e performance, práticas educativas, tecnologias, acervos, políticas públicas e formas de produção e circulação do conhecimento.

Também significa reconhecer que não basta ampliar a quantidade de mestres/as, doutores/as ou produtos. O fortalecimento da área depende da capacidade de constituir trajetórias de pesquisa. Foi nesse sentido que o artigo propôs compreender a profissionalidade a partir da articulação entre formação, atuação, produção, inserção, trajetória e atualização/inovação. Essa formulação desloca a atenção da titulação isolada para os processos que permitem atuar continuadamente, participar de redes, disputar espaços de fomento, formar novas gerações e produzir conhecimentos relevantes.

A consolidação da pesquisa em Música também exige capacidade coletiva de articulação. Diálogo entre programas e instituições, projetos interinstitucionais, aproximação entre graduação e pós-graduação, fortalecimento de grupos, participação nas políticas de CT&I e ampliação das agendas investigativas já apareciam como desafios em reflexões anteriores sobre a área (Queiroz, 2023a). A conjuntura atual confirma sua relevância, mas exige novos instrumentos, maior planejamento e uma atuação mais integrada.

Há, nesse ponto, uma mudança de patamar. Em fases anteriores da institucionalização da área, foi necessário afirmar a legitimidade da Música como campo capaz de produzir ciência, tecnologia e inovação. Hoje, a questão é mais complexa. Já não basta perguntar se podemos produzir ciência em Música. É necessário perguntar que ciência queremos produzir, que problemas desejamos enfrentar, que formas de inovação pretendemos construir e que contribuição queremos oferecer à sociedade.

Essa mudança de pergunta sinaliza que a área não precisa apenas reivindicar espaço no sistema científico, mas qualificar sua presença nele. Precisa ampliar a participação em políticas, programas e espaços de decisão e, ao mesmo tempo, ser capaz de problematizar critérios de reconhecimento. Precisa fortalecer sua produção sem reduzir qualidade a produtividade, ampliar a internacionalização sem perder de vista os contextos locais, incorporar novas tecnologias com responsabilidade e valorizar tradições sem impedir a formulação de novas perguntas e metodologias.

Esse é o sentido mais profundo da autoavaliação realizada neste trabalho. Trata-se de reconhecer que a pesquisa em Música no Brasil chegou a uma etapa em que pode olhar criticamente para

sua trajetória e escolher, de maneira mais consciente, os caminhos que pretende construir. Diante do campo que construímos e do sistema científico em que estamos inseridos, que pesquisa e que pós-graduação em Música precisamos construir agora?

A resposta não será única nem definitiva. Entretanto, parece explícito que o desafio contemporâneo da pesquisa em Música no Brasil é produzir conhecimento melhor, mais relevante, mais diverso, mais compartilhado e mais capaz de transformar a própria Música e a sociedade da qual ela é parte. Em diálogo com Freire (2000, p. 54), para quem "a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político", podemos afirmar que a pesquisa em Música, por si só, não transforma naturalmente a área e o mundo. Ela pode transformar pessoas, ampliar consciências e produzir novos modos de pensar e agir; e são as pessoas, em suas práxis coletivas, que podem transformar a área e o mundo. Que nossa pesquisa contribua para formar essas pessoas e para que essa transformação seja, efetivamente, para melhor.

Referências

BOURDONCLE, Raymond. La professionnalisation des enseignants: analyses sociologiques anglaises et américaines. *Revue française de pédagogie*, n. 94, p. 73-91, 1991. DOI: https://doi.org/10.3406/rfp.1991.1368.

BRAY, Robert; BOON, Stuart. Towards a framework for research career development: an evaluation of the UK's Vitae Researcher Development Framework. *International Journal for Researcher Development*, v. 2, n. 2, p. 99-116, 2011. DOI: https://doi.org/10.1108/17597511111212709.

CAPES. *Documento de Área: Artes, Área 11, ciclo avaliativo 2025-2028*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/linguistica-letras-e-artes/artes. Acesso em: 11 set. 2026.

CAPES. *Plano Nacional de Pós-Graduação 2025-2029*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2026a.

CAPES. *Plataforma Sucupira: dados dos programas de pós-graduação* stricto sensu *em Música*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2026b. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/. Acesso em: 11 set. 2026.

CASTELLÓ, Montserrat; McALPINE, Lynn; SALA-BUBARÉ, Anna; INOUYE, Kelsey; SKAKNI, Isabelle. What perspectives underlie 'researcher identity'? A review of two decades of empirical studies. *Higher Education*, v. 81, p. 567-590, 2021. DOI: https://doi.org/10.1007/s10734-020-00557-8.

CNPq. *Painel de Fomento: dados de bolsas e projetos vigentes nas áreas de Artes e Música*. Consulta em: 10 ago. 2026. Disponível em: http://www.bi.cnpq.br/painel/mapa-fomento-cti/. Acesso em: 10 ago. 2026.

CNPq. *Programa Básico de Artes: critérios 2027-2029*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2026a.

CNPq. *Relatório de julgamento: Chamada CNPq nº 18/2024, Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Comitê CA-AC, área de Artes*. Brasília: CNPq, 2025b.

CNPq. *Relatório de julgamento: Chamada CNPq nº 26/2025, Auxílio à Promoção de Eventos Científicos, Tecnológicos e/ou de Inovação, Comitê CA-AC, área de Artes*. Brasília: CNPq, 2026b.

CNPq. *Relatório de julgamento: Chamada CNPq nº 49/2024, Bolsas no País, Comitê CA-AC, área de Artes*. Brasília: CNPq, 2025a.

CNPq. *Comitês de Assessoramento: apresentação*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2026c. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/comites-assessoramento. Acesso em: 10 set. 2026.

COARA. *Agreement on Reforming Research Assessment*. Coalition for Advancing Research Assessment, 2022. Disponível em: https://www.coara.org/agreement/the-agreement-full-text/. Acesso em: 11 set. 2026.

DEL-BEN, Luciana. Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil: perspectivas para a produção de conhecimento em educação musical. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 22, n. 32, p. 130-142, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/467. Acesso em: 11 set. 2026.

DORA. *San Francisco Declaration on Research Assessment*. San Francisco, 2012. Disponível em: https://sfdora.org/. Acesso em: 11 set. 2026.

FINEP. *CT-Infra: Fundo de Infraestrutura*. Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 2026a. Disponível em: https://www.finep.gov.br/area-para-clientes/28-apoio-e-financiamento/programas-e-linhas/31-ct-infra. Acesso em: 10 set. 2026.

FINEP. *O FNDCT*. Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 2026b. Disponível em: https://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct. Acesso em: 10 set. 2026.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NASCIMENTO, Milton; BORGES, Lô; BORGES, Márcio. Clube da esquina nº 2. Intérprete: Nana Caymmi. In: CAYMMI, Nana. *Nana Caymmi*. Rio de Janeiro: EMI, 1979. 1 LP, faixa 3.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Até quando Brasil? Perspectivas decoloniais para (re)pensar o ensino superior em música. *Proa: Revista de Antropologia e Arte*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 153-199, 2020. Disponível em: https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/proa/article/view/17611. Acesso em: 11 set. 2026.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Currículos criativos e inovadores em música: proposições decoloniais. In: BEINEKE, Viviane (org.). *Educação musical: diálogos insurgentes*. São Paulo: Hucitec, 2023b. p. 191-241. Disponível em: https://repositorio.udesc.br/entities/publication/0688c4b0-612c-4f4e-8004-811187c54c7e. Acesso em: 5 set. 2026.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Pesquisa em música no Brasil: das dimensões históricas à conjuntura atual da produção de conhecimento no país. In: MALAGUTTI, Vania; ARAÚJO FILHO, Alfeu Rodrigues de; TOFFOLO, Rael Bertarelli Gimenes (org.). *Ensino, aprendizagem e expressão musical: pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Música da UEM*. Curitiba: Appris, 2023a. p. 11-47. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_fFSlGWwlAZLqNYdmMN86xdn2A3CQhzt/view. Acesso em: 11 set. 2026.

UNESCO. *A ciência para o século XXI: uma nova visão e uma base de ação*. Brasília: UNESCO; ABIPTI, 2003.

UNESCO. *Recommendation on Open Science*. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://www.unesco.org/en/open-science/about. Acesso em: 11 set. 2026.

WITTORSKI, Richard. La professionnalisation. *Savoirs*, n. 17, p. 9-36, 2008. DOI: https://doi.org/10.3917/savo.017.0009.

Luis Ricardo Silva Queiroz é violonista, etnomusicólogo e educador musical. É doutor em Música, na área de Etnomusicologia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2005) e mestre em Música, na área de Educação Musical, pelo Conservatório Brasileiro de Música (CBM, 2000), no Rio de Janeiro. Atualmente, é professor associado do Departamento de Educação Musical e do Programa de Pós-Graduação em Música (PPGM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi professor visitante da University of Texas at Austin, nos Estados Unidos, onde realizou, entre agosto de 2018 e julho de 2019, pesquisa de pós-doutorado. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq desde 2013 e autor de diversos trabalhos na área de Música, especialmente nos campos da Etnomusicologia e da Educação Musical, publicados nacional e internacionalmente em livros, periódicos especializados e anais de congressos. Ao longo de sua trajetória, realizou concertos, conferências, mesas-redondas e cursos em todos os estados brasileiros e em diversos países, entre eles Peru, Argentina, Chile, Paraguai, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Portugal, Moçambique, Suécia, Finlândia e Noruega. Foi presidente da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) nas gestões 2013–2015 e 2015–2017 e presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) nas gestões 2022–2023 e 2024–2025. Participa, de forma continuada, de processos de avaliação da pós-graduação na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desde 2010, acumulando ampla experiência em atividades de avaliação e assessoramento acadêmico-científico. Atualmente, é representante da área de Música no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), integrando o Comitê de Assessoramento de Artes, Ciência da Informação, Comunicação e Museologia (CA-AC), na gestão 2025–2028.

E-mail: luisrsqueiroz@gmail.com

Disponibilidade de dados: Os dados estarão disponíveis mediante solicitação.

Conflito de Interesses: Nenhum conflito de interesses foi declarado.

Modalidade de avaliação: Duplo-cega por pares.

A *Opus* está licenciada sob uma licença CC-BY.